Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011 8

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Resultado Abrangente 15

Demonstração do Fluxo de Caixa 16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011 17

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010 18

Demonstração do Valor Adicionado 19

Comentário do Desempenho 20

Notas Explicativas 42

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 101

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	843.986.515
Preferenciais	1.633.818.420
Total	2.477.804.935
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2011	Dividendo	10/06/2011	Ordinária		0,20060
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	11/04/2011	Dividendo	10/06/2011	Preferencial	Preferencial Classe A	0,20060

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	10.935.042	10.857.138
1.01	Ativo Circulante	46.739	516.815
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	43.281	6.016
1.01.02	Aplicações Financeiras	19	9
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	19	9
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	19	9
1.01.06	Tributos a Recuperar	40	381
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40	381
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Indiretos a Recuperar	2	1
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições Diretos a Recuperar	38	380
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.399	510.409
1.01.08.03	Outros	3.399	510.409
1.01.08.03.01	Dividendos e JSCP a Receber	0	509.235
1.01.08.03.03	Outros Ativos	3.399	1.174
1.02	Ativo Não Circulante	10.888.303	10.340.323
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31.075	29.529
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	98	416
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	98	416
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	30.977	29.113
1.02.01.09.03	Impostos Diretos a Recuperar	8.609	8.372
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	22.368	20.741
1.02.02	Investimentos	10.699.672	10.153.238
1.02.02.01	Participações Societárias	10.699.672	10.153.238
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.699.672	10.153.238
1.02.04	Intangível	157.556	157.556
1.02.04.01	Intangíveis	157.556	157.556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	10.935.042	10.857.138
2.01	Passivo Circulante	29.219	515.011
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	54	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	54	102
2.01.02	Fornecedores	1.893	1.296
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.893	1.296
2.01.03	Obrigações Fiscais	51	164
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31	150
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	31	150
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	20	14
2.01.03.03.01	ISS a pagar	20	14
2.01.05	Outras Obrigações	27.221	513.449
2.01.05.02	Outros	27.221	513.449
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	25.502	511.738
2.01.05.02.04	Outros Passivos	1.719	1.711
2.02	Passivo Não Circulante	36.787	36.124
2.02.02	Outras Obrigações	26.847	26.847
2.02.02.02	Outros	26.847	26.847
2.02.02.02.03	Outros Passivos	26.847	26.847
2.02.04	Provisões	9.940	9.277
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.940	9.277
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.810	4.021
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	5.130	5.256
2.03	Patrimônio Líquido	10.869.036	10.306.003
2.03.01	Capital Social Realizado	8.164.665	8.149.096
2.03.02	Reservas de Capital	380.560	396.129
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	380.560	380.560
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	15.569
2.03.04	Reservas de Lucros	1.760.778	1.760.778
2.03.04.01	Reserva Legal	226.848	226.848
2.03.04.10	Reserva para Expansão	1.533.930	1.533.930
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	563.033	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	349.071	562.018	125.475	184.881
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.673	-4.467	-1.753	-2.402
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-882	-1.026	3	17
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	351.626	567.511	127.225	187.266
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	349.071	562.018	125.475	184.881
3.06	Resultado Financeiro	708	1.015	565	1.315
3.06.01	Receitas Financeiras	819	1.205	614	1.454
3.06.02	Despesas Financeiras	-111	-190	-49	-139
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	349.779	563.033	126.040	186.196
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	349.779	563.033	126.040	186.196
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	349.779	563.033	126.040	186.196
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	349.779	563.033	126.043	186.196
4.03	Resultado Abrangente do Período	349.779	563.033	126.043	186.196

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	501.718	175.340
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.376	-1.852
6.01.01.01	Lucro antes do IR e CSLL	563.033	186.196
6.01.01.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	-567.511	-187.266
6.01.01.05	Passivo Atuarial	-126	-126
6.01.01.07	Atualização Monetária sobre obrigações descontinuidade de ativos, depósitos judiciais, contingências	-322	16
6.01.01.09	Juros sobre Aplicações Financeiras	-711	-630
6.01.01.11	Provisão para contingências	948	-42
6.01.01.12	Outros	313	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	506.094	177.192
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	105	-186
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-1.464	-7.677
6.01.02.06	Outros ativos circuantes e não circulantes	-2.225	-95
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-48	-25
6.01.02.08	Fornecedores	597	-4.967
6.01.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	-112	152
6.01.02.10	Dividendos recebidos	509.235	190.000
6.01.02.11	Outros passivos circuantes e não circulantes	6	-10
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.018	573
6.02.01	Aplicações Financeiras	1.018	573
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-465.471	-200.941
6.03.02	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-465.471	-200.941
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	37.265	-25.028
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.016	35.958
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	43.281	10.930

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	1.760.778	0	0	10.306.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	1.760.778	0	0	10.306.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.569	-15.569	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	15.569	-15.569	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.033	0	563.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.033	0	563.033
5.07	Saldos Finais	8.164.665	380.560	1.760.778	563.033	0	10.869.036

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	158.049	-125.914	0	8.577.360
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	158.049	-125.914	0	8.577.360
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	186.196	0	186.196
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	186.196	0	186.196
5.07	Saldos Finais	8.149.096	396.129	158.049	60.282	0	8.763.556

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.045	-1.261
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.045	-1.261
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.045	-1.261
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.045	-1.261
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	568.716	188.720
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	567.511	187.266
7.06.02	Receitas Financeiras	1.205	1.454
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	564.671	187.459
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	564.671	187.459
7.08.01	Pessoal	994	626
7.08.01.01	Remuneração Direta	755	627
7.08.01.02	Benefícios	7	6
7.08.01.04	Outros	232	-7
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	392	473
7.08.02.01	Federais	381	462
7.08.02.02	Estaduais	11	11
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	252	163
7.08.03.01	Juros	189	104
7.08.03.02	Aluguéis	63	59
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	563.033	186.197
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	563.033	186.197

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	18.961.191	19.370.852
1.01	Ativo Circulante	6.173.116	6.425.920
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.297.176	2.376.232
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.492	18.177
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.492	18.177
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.492	18.177
1.01.03	Contas a Receber	2.951.482	2.748.411
1.01.03.01	Clientes	2.951.482	2.748.411
1.01.04	Estoques	348.390	228.654
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.044.990	855.965
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.044.990	855.965
1.01.06.01.01	Impostos Indiretos a Recuperar	592.050	494.036
1.01.06.01.02	Impostos Diretos a Recuperar	452.940	361.929
1.01.07	Despesas Antecipadas	432.409	93.768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.177	104.713
1.01.08.03	Outros	96.177	104.713
1.01.08.03.01	Operações com Derivativos	5.581	6.122
1.01.08.03.02	Outros Ativos	90.596	98.591
1.02	Ativo Não Circulante	12.788.075	12.944.932
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.674.844	2.545.361
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	15.934	13.692
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	15.934	13.692
1.02.01.03	Contas a Receber	47.685	36.812
1.02.01.03.01	Clientes	47.685	36.812
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.626.565	1.732.732
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.626.565	1.732.732
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	89.162	14.620
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	895.498	747.505
1.02.01.09.03	Operações com Derivativos	7.752	16.746
1.02.01.09.04	Outros Ativos Não-Circulantes	17.793	17.763
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	530.097	385.519
1.02.01.09.06	Impostos Indiretos a Recuperar	252.937	188.111
1.02.01.09.07	Impostos Diretos a Recuperar	86.919	139.366
1.02.03	Imobilizado	5.643.414	5.863.723
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.148.912	4.785.419
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	494.502	1.078.304
1.02.04	Intangível	4.469.817	4.535.848
1.02.04.01	Intangíveis	4.102.246	4.168.277
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.933.693	2.020.157
1.02.04.01.02	Licença de Uso de Softwares	2.045.253	1.991.543
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	123.300	156.577
1.02.04.02	Goodwill	367.571	367.571

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	18.961.191	19.370.852
2.01	Passivo Circulante	4.476.262	5.691.089
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	134.696	125.292
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	134.696	125.292
2.01.02	Fornecedores	2.557.930	3.103.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.466.004	2.976.302
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	91.926	127.167
2.01.03	Obrigações Fiscais	810.727	809.703
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	302.215	338.112
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	180.311	190.652
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Taxas Federais	121.904	147.460
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	449.585	417.659
2.01.03.02.01	ICMS	449.585	417.659
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	58.927	53.932
2.01.03.03.01	ISS	52.542	46.539
2.01.03.03.02	Outros Impostos e Taxas	6.385	7.393
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	669.630	957.549
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	669.630	957.549
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	646.723	957.549
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	22.907	0
2.01.05	Outras Obrigações	303.279	695.076
2.01.05.02	Outros	303.279	695.076
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	25.502	511.737
2.01.05.02.04	Operações com Derivativos	1.652	2.071
2.01.05.02.05	Autorizações a pagar	58.526	0
2.01.05.02.06	Outros Passivos	217.599	181.268
2.02	Passivo Não Circulante	3.620.683	3.378.954
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.430.145	2.277.121
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.430.145	2.277.121
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.770.451	1.552.893
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	659.694	724.228
2.02.02	Outras Obrigações	616.236	504.165
2.02.02.02	Outros	616.236	504.165
2.02.02.02.03	Operações com Derivativos	209.561	164.482
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições Indiretos	125.530	57.720
2.02.02.02.05	Impostos, Taxas e Contribuições Diretos	147.804	138.981
2.02.02.02.07	Outros Passivos	133.341	142.982
2.02.03	Tributos Diferidos	80.154	83.708
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	80.154	83.708
2.02.04	Provisões	494.148	513.960
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	241.674	258.223
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	114.564	145.099
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	54.836	53.162
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	9.040	9.166
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	53.911	40.531
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	9.323	10.265

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.02	Outras Provisões	252.474	255.737
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	252.474	255.737
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.864.246	10.300.809
2.03.01	Capital Social Realizado	8.164.665	8.149.096
2.03.02	Reservas de Capital	380.560	396.129
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	380.560	380.560
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	0	15.569
2.03.04	Reservas de Lucros	1.755.584	1.755.584
2.03.04.01	Reserva Legal	226.848	226.848
2.03.04.10	Reserva para Expansão	1.528.736	1.528.736
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	563.437	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.251.758	8.004.022	3.558.981	6.855.020
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.147.212	-4.057.571	-1.803.855	-3.498.489
3.03	Resultado Bruto	2.104.546	3.946.451	1.755.126	3.356.531
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.575.174	-3.067.326	-1.516.494	-2.950.486
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.181.601	-2.294.556	-1.124.242	-2.185.794
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-242.802	-484.567	-262.977	-516.899
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	11.449	21.238	7.134	15.761
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-162.220	-309.441	-136.409	-263.554
3.04.05.01	Amortização de Concessão	-75.862	-151.492	-75.629	-151.258
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-86.358	-157.949	-60.780	-112.296
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	529.372	879.125	238.632	406.045
3.06	Resultado Financeiro	-43.974	-76.590	-58.911	-129.827
3.06.01	Receitas Financeiras	64.608	270.716	235.650	452.090
3.06.02	Despesas Financeiras	-108.582	-347.306	-294.561	-581.917
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	485.398	802.535	179.721	276.218
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-135.417	-239.098	-53.757	-95.673
3.08.01	Corrente	-68.656	-136.485	-31.490	-57.524
3.08.02	Diferido	-66.761	-102.613	-22.267	-38.149
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	349.981	563.437	125.964	180.545
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	349.981	563.437	125.964	180.545
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	349.981	563.437	125.964	180.545
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14125	0,22739	0,05088	0,07293

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	349.981	563.437	125.964	180.545
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	349.981	563.437	125.964	180.545
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	349.981	563.437	125.964	180.545

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	575.606	704.141
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.357.175	2.200.106
6.01.01.01	Lucro Antes dos Impostos	802.535	276.218
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.291.652	1.551.115
6.01.01.04	Passivo Atuarial	-126	-126
6.01.01.05	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	8.633	16.614
6.01.01.06	Juros das obrigações decorrentes de descontinuidade de ativos	-632	-591
6.01.01.07	Provisão para Contingências	69.637	43.374
6.01.01.08	Atualização Monetária Depósitos Judiciais e Contingências	-18.342	1.188
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária e cambial sobre Empréstimos	173.813	204.124
6.01.01.10	Juros sobre aplicações financeiras	-89.219	-66.939
6.01.01.11	Outros ajustes financeiros	10.971	-7.956
6.01.01.12	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	108.253	183.085
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.781.569	-1.495.965
6.01.02.01	Contas a receber de Clientes	-302.063	-321.159
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-196.164	-25.139
6.01.02.03	Estoques	-119.736	178.493
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-413.183	-304.759
6.01.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	106.167	44.461
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-131.471	-102.395
6.01.02.07	Outros ativos circulantes e não circulantes	8.778	12.100
6.01.02.08	Obrigações Trabalhistas	9.404	10.500
6.01.02.09	Fornecedores	-547.108	-865.571
6.01.02.10	Impostos, Taxas e Contribuições	-73.258	-10.391
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	-95.794	-44.462
6.01.02.12	Provisão para contingências	-80.824	-47.616
6.01.02.13	Autorizações a pagar	58.526	0
6.01.02.14	Outros	-4.843	-20.027
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-913.914	-1.005.890
6.02.01	Aplicações Financeiras	102.662	196.553
6.02.02	Adições ao Ativo imobilizado e Intangível	-1.013.945	-1.209.753
6.02.04	Outros	-2.631	7.310
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-740.748	-424.304
6.03.01	Novos Empréstimos	304.453	233.347
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-525.471	-438.841
6.03.03	Dividendos Pagos	-486.235	-200.941
6.03.04	Operações com derivativos	-33.495	-17.869
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.079.056	-726.053
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.376.232	2.413.024
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.297.176	1.686.971

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	1.755.584	0	0	10.300.809	0	10.300.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	1.755.584	0	0	10.300.809	0	10.300.809
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	563.437	0	563.437	0	563.437
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	563.437	0	563.437	0	563.437
5.07	Saldos Finais	8.149.096	396.129	1.755.584	563.437	0	10.864.246	0	10.864.246

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.149.096	396.129	158.049	-125.914	0	8.577.360	0	8.577.360
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.149.096	396.129	158.049	-125.914	0	8.577.360	0	8.577.360
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	180.545	0	180.545	0	180.545
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	180.545	0	180.545	0	180.545
5.07	Saldos Finais	8.149.096	396.129	158.049	54.631	0	8.757.905	0	8.757.905

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	10.470.766	8.809.872
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.579.019	8.992.957
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-108.253	-183.085
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.671.128	-3.809.586
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.024.314	-2.301.081
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.646.814	-1.508.505
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.799.638	5.000.286
7.04	Retenções	-1.291.652	-1.551.115
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.291.652	-1.551.115
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.507.986	3.449.171
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	270.716	452.090
7.06.02	Receitas Financeiras	270.716	452.090
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.778.702	3.901.261
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.778.702	3.901.261
7.08.01	Pessoal	253.496	246.803
7.08.01.01	Remuneração Direta	170.403	169.473
7.08.01.02	Benefícios	65.015	59.730
7.08.01.03	F.G.T.S.	16.751	15.484
7.08.01.04	Outros	1.327	2.116
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.440.898	2.742.219
7.08.02.01	Federais	1.304.378	956.646
7.08.02.02	Estaduais	2.129.047	1.780.580
7.08.02.03	Municipais	7.473	4.993
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	520.871	731.694
7.08.03.01	Juros	342.849	578.908
7.08.03.02	Aluguéis	178.022	152.786
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	563.437	180.545
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	563.437	180.545

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. anuncia seus resultados consolidados para o segundo trimestre de 2011

BOVESPA[1]
(lote = 1 ação)
TCSL3: R$9,35
TCSL4: R$7,82

NYSE[1]
(1 ADR = 10 ações PN)
TSU: US$50,27

(1) *preços de fechamento de 2 de agosto de 2011*

Consultar 'Eventos Subseqüentes' para detalhes e passo-a-passo da conversão das ações

Teleconferência 2T11

Teleconferência em português:
3 de agosto de 2011 às:
10h45, horário de Brasília
09h45, horário de Nova York

Teleconferência em inglês:
3 de agosto de 2011 às:
13h30, horário de Brasília
12h30, horário de Nova York

Para mais informações, acesse o website da empresa:
www.tim.com.br/ri

Contatos de relações com investidores
ri@timbrasil.com.br
(+55 21) 4109-3360 / 4109-3446 / 4109-3751

Avenida das Américas, 3434
Bloco 01 6° andar – Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 22640-102
Fax: +55 21 4109-3990

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2011 – TIM Participações S.A. (BOVESPA: TCSL3, TCSL4 e NYSE: TSU), a empresa que controla diretamente a TIM Celular S.A. e a Intelig Telecomunicações Ltda. anuncia seus resultados para o segundo trimestre de 2011 e 1º semestre de 2011. A TIM Participações S.A. ("TIM Participações" ou "TIM") fornece serviços de telecomunicações com presença em todo território brasileiro.

As informações financeiras e operacionais consolidadas a seguir, exceto onde indicado de forma contrária, são apresentadas conforme as normas IFRS (Normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards*) em Reais (R$), conforme a lei corporativa brasileira. Todas as comparações se referem ao segundo trimestre de 2010 (2T10) e ao primeiro trimestre de 2011 (1T11).

Destaques 2T11: Aceleração do crescimento do negócio:

- **Conclusão da migração para o Novo Mercado;**
- **A receita líquida cresceu 19,5% A/A** e a receita líquida de serviços cresceu 11,8% A/A;
- **A base de assinantes cresceu 25,0% A/A**, com adições brutas de 9,3 milhões de linhas (um novo recorde para um segundo trimestre) e adições líquidas de 2,7 milhões de linhas;
- **A receita de dados atingiu R$734 milhões no 2T11,** crescimento anual de 33,5%, já representando 15% da receita móvel (contra 13% no 2T10);
- **O ARPU atingiu R$21,6 (+3,7% T/T e –10,9% A/A)**;
- **O MOU atingiu 127 minutos (+15,4% A/A)**, mostrando uma forte evidência do conceito de comunidade;
- **O EBITDA atingiu R$1.138 milhões no 2T11,** crescimento anual de 13%, ou +23% excluindo o impacto do IFRS;
- **O EBIT somou R$529 milhões no 2T11 (+122% A/A)**;
- **O CAPEX totalizou R$719 milhões neste trimestre (17% da receita líquida)**;
- **O lucro líquido totalizou R$350 milhões no 2T11,** +178% A/A;
- **Liderança em qualidade de rede nos últimos 12 meses**, conforme dados da Anatel.

Mensagem da Administração

O primeiro semestre de 2011 foi marcado por 5 conquistas importantes: **(1) forte aceleração do negócio, (2) recuperação da marca, (3) fortalecimento dos fundamentos, (4) migração para o Novo Mercado, e (5) aquisição da AES Atimus.** O período demonstrou que as mudanças realizadas nos trimestres anteriores estão se convertendo em fortes resultados (entregando o prometido) e que nós demos importantes passos para o suporte da expansão do negócio (renovando o compromisso de longo prazo).

(1) Crescimento: Aceleração Consistente do Negócio

No segundo trimestre, apesar do cenário de competição acirrada, a TIM conseguiu liderar novamente as adições brutas de mercado e ao mesmo tempo apresentar crescimento de dois dígitos na receita bruta. A TIM somou 9,3 milhões de linhas no segunda trimestre (+45% A/A). Em relação a junho, o plano Infinity atingiu 92% do total da base pré-paga e mais de 60% da base pós-paga, totalizando 48,5 milhões de acessos.

- **Base de Clientes** cresceu 25%, chegando a 55,5 milhões de linhas;
- **Receita:** Receita Líquida cresceu 19,5% e Receita Líquida de Serviços 11,8% A/A;
- **EBITDA:** crescimento anual de 12,7%, para R$1.138 milhões;
- **EBITDA e Lucro Líquido:** cresceu 121,8% e 177,8% A/A respectivamente;
- **Importantes KPIs para destacar:** MOU manteve o seu ritmo de crescimento, atingindo 127 minutos/usuário, 15,5% superior ao 2T10. O tráfico total aumentou em 44% no mesmo período, para 20,6 bilhões de minutos. Em relação às receitas de dados, o número de usuários únicos por dia ultrapassou 1,8 milhões, alavancado pelas vendas de smart/webphones que já representam 15% de penetração da base total.

(2) Marca: a melhor escolha no Brasil

A imagem da nossa marca mostrou uma melhora consistente na pesquisa de longo-prazo e atingiu a liderança em preferência e a menor rejeição entre as empresas do setor. Essa performance também pode ser verificada na parcela de adições líquidas do mercado do início do ano até hoje, onde a TIM lidera com 4,7 milhões de linhas (15% acima do resultado do segundo colocado).

(3) Rede: Fortalecendo as Fundações

Em um período de cinco anos, de 2009 até 2013, a TIM planeja investir R$14 bilhões, com foco princiapl em infraestrutura. Tal movimento tem sido crucial para

suportar a expansão da Companhia que apresenta forte crescimento em termos de MOU (minutos por usuário) e ainda acelera suas ofertas de dados. É importante destacar que a TIM manteve a qualidade de sua rede no máximo nível, de acordo com as metas da Anatel. Por fim, nós demos passos importantes para o fortalecimento da nossa posição de rede: (i) assinamos um acordo para implantar 2,5 mil quilômetros de fibra na região da Amazônia; e (ii) assinamos o contrato de compra da melhor rede de fibra de São Paulo e Rio de Janeiro.

(4) Novo Mercado: a cereja no bolo

Para coroar o momento operacional e financeiro, a TIM começa a ser negociada no segmento do Novo Mercado, o nível máximo de governança corporativa no Brasil e uma posição única entre as empresas de TMT na América Latina. Essa é uma mostra clara do comprometimento da companhia com seus acionistas, que daqui para frente, serão tratados com regras e benefícios simétricos.

(5) AES Atimus: A Banda-Larga Ultra está chegando no Rio e em São Paulo

Seguindo a nossa estratégia de construir uma posição singular em infraestrutura, a TIM assinou um contrato para adquirir a AES Atimus por R$1,6 bilhões. Esse ativo irá nos possibilitar ofertar serviços de banda-larga ultra nas áreas metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, tanto no segmento residencial, quanto no corporativo, além de fazer a ligação das nossas antenas com fibra (FTTS). A rede de 5,5 mil quilômetros da Atimus cobre aproximadamente 8,5 milhões de lares, 550 mil empresas e um mercado potencial de cerca de R$30 bilhões. Apenas para comparação, a capilaridade da rede de fibra é duas vezes maior do que a das *incumbents* em ambas as regiões.

Perspectiva do Negócio: manter o ritmo

Nós mantemos a nossa visão construtiva em relação às **oportunidades** do mercado brasileiro, com a substituição fixo-móvel em seu estágio inicial, base de clientes ainda crescendo a um ritmo atraente e um mercado completo e inexplorado para serviços de dados (móvel e fixo). Neste sentido, AES Atimus representa um pilar muito importante para suportar a **expansão do negócio** nos segmentos corporativo e móvel e também na **transformação do negócio**, através do ataque ao mercado de banda-larga fixa.

Nós iremos manter nossa abordagem inovativa e distintiva. Nossa **estratégia permanece igual,** sem legado para defender no segmento fixo, pioneirismo no mercado de voz, acelerando a penetração de serviços de dados e de smartphones. Apesar da concorrência dar sinais de ter intensificado, **nós manteremos o foco no equilíbrio entre crescimento e valor** e estamos confiantes que a aceleração do negócio visto no primeiro semestre será replicado no próximo.

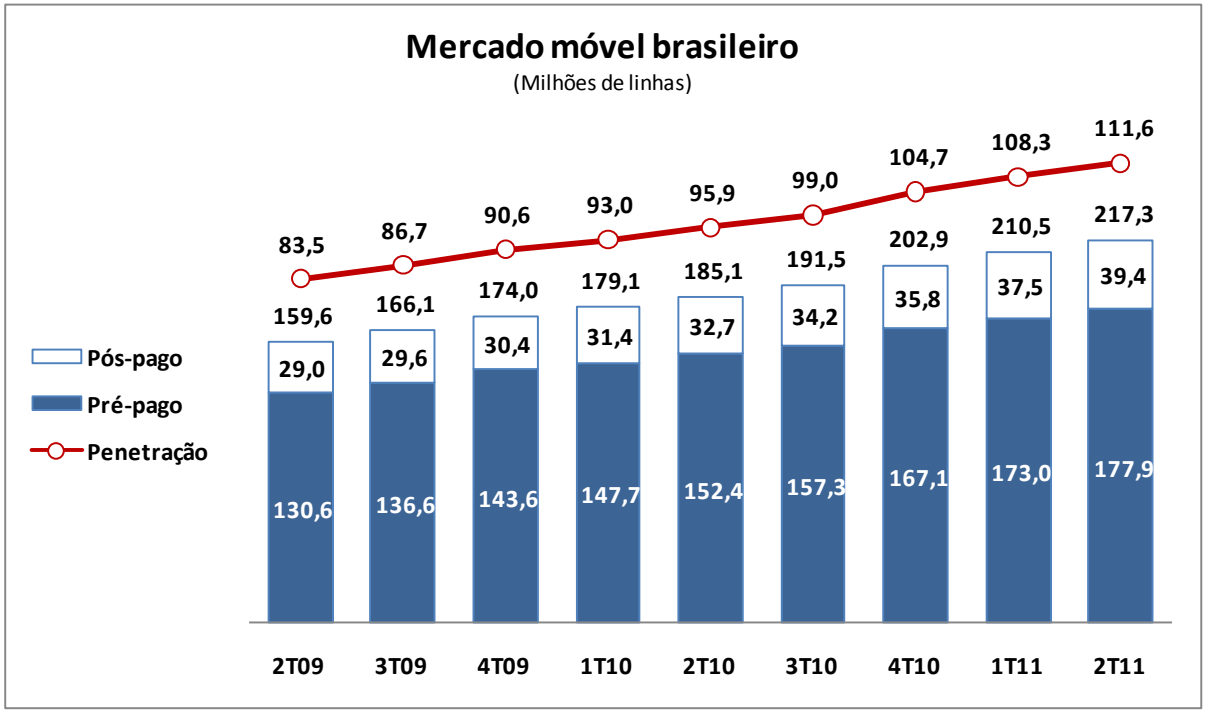
Luca Luciani

Desempenho do Mercado

Visão geral do mercado brasileiro

Mesmo acima de 100%, o crescimento da teledensidade se mantem em dois dígitos

O mercado brasileiro de telefonia móvel atingiu 217,3 milhões de linhas no fim do 2T11, que significa um crescimento anual de 17,4% (contra 16,0% no 2T10). A taxa de penetração no Brasil atingiu 111,6% no 2T11, contra 99,5% no mesmo período do ano anterior. O crescimento do mercado de telefonia móvel foi suportado por: i) estímulo agressivo as vendas de múltiplos chips, a maioria no segmento pré-pago, e ii) a crescente demanda por Internet via celular.



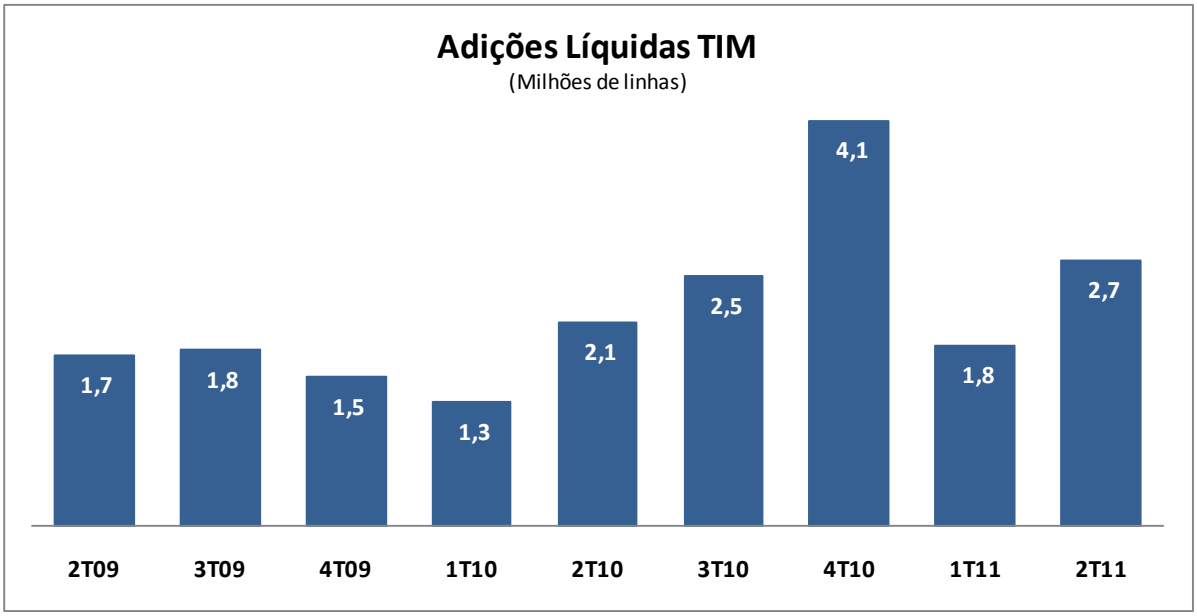
Adições líquidas no 2T11 13% superiores ao 2T10

As adições líquidas totais do mercado atingiram 6,8 milhões no 2T11, o melhor segundo trimestre de todos os tempos, resultando em um aumento notável de 811 mil linhas versus o mesmo período do ano anterior. Dividindo o mercado nos segmentos de pré e pós-pago, o primeiro atingiu 177,9 milhões de usuários (+16,7% A/A), responsável por 81,9% do mercado brasileiro total. Quanto ao segmento pós-pago o total de usuários atingiu 39,4 milhões, um aumento de 20,5% em relação a junho de 2010.

Desempenho da TIM

Após 2 anos, as adições líquidas ainda são fortes

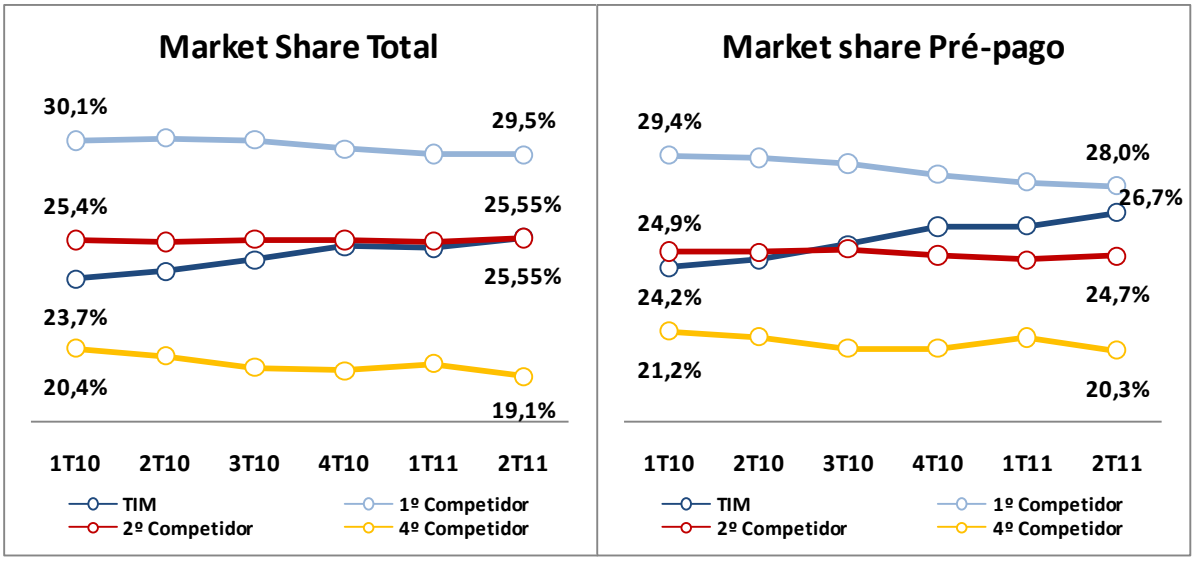
A base total de assinantes terminou o segundo trimestre com 55,5 milhões de linhas, 25,0% superior ao 2T10 e representando um *market share* de 25,55%. A TIM adicionou a sua base 2,7 milhões de novas linhas no 2T11, liderando no trimestre com 39,1% do total de adições líquidas. Este desempenho confirma a aceitação do mercado aos planos Infinity e Liberty tanto para voz como para dados.



Maior nível de adições brutas de todos os tempos em um segundo trimestre

Neste trimestre, a TIM atingiu o maior volume de adições brutas em um segundo trimestre, obtendo 9,3 milhões de linhas, acima 45,4% A/A.

As desconexões atingiram 6,6 milhões no trimestre, com uma taxa de 12,3% (contra 10,1% no 2T10 ou 13,0% no 1Q11). O aumento da taxa de desconexão é explicado pela regra rígida de desconexão, que evita despesas operacionais em meio à forte atividade comercial, em especial no segmento pré-pago.



A base de clientes pós-pago atingiu 8,0 milhões de usuários, um crescimento de 15,3% A/A contra +11,7% no 2T10. No 2T11, a TIM adicionou 317 mil clientes pós-pagos (contra 223 mil no 1T11 e 341 mil no 2T10), graças ao plano Liberty que encerrou o trimestre com mais de 4,8 milhões de usuários.

44 milhões de usuários no plano Infinity

No segmento pré-pago, o total de usuários atingiu 47,5 milhões, alta de 26,8% A/A – fortemente alavancado pelo plano Infinity Pré, que atingiu 44 milhões de usuários (92% da base deste segmento).

Liderança em qualidade de rede

Rede e qualidade: Nossa cobertura GSM atingiu 94,1% da população urbana, abrangendo 3.233 cidades. Apesar do aumento acentuado e contínuo de tráfego nos últimos trimestres, a TIM manteve a liderança do indicador de qualidade de rede da Anatel, se tornando a única empresa a atingir 100% das metas em 10 dos últimos 12 meses. Tais resultados reforçam o compromisso da TIM em fornecer serviços da mais alta qualidade, enquanto implementa uma estratégia de MOU intensivo e acelera as ofertas de dados.

Quanto à cobertura de dados, a TIM fornece tecnologia GPRS a 100% de sua área de cobertura, sendo aproximadamente 80% coberta pela tecnologia EDGE. A tecnologia de terceira geração (3G) teve sua implementação acelerada e agora está presente em 273 cidades – atingindo 57% da população urbana do Brasil. Esperamos continuar acelerando a cobertura 3G na segunda metade de 2011.

Desempenho de Marketing

A abordagem de marketing deste trimestre pode ser descrita da seguinte maneira:

No segmento de consumo, e considerando nosso posicionamento de voz, a TIM continuou promovendo os planos Infinity e Liberty, focando no estímulo ao conceito de comunidade.

Em paralelo, a TIM apostou no período de férias e na elasticidade do uso e criou promoções para reduzir os gastos de clientes pós-pagos em *roaming*. O pacote de roaming internacional de 50 minutos foi reduzido em 58%, de R$ 239,90 para R$ 99,90. Esta oferta pode ser utilizada para fazer ou receber chamadas para qualquer pessoa em mais de 200 países nos quais a TIM tem contratos de *roaming*.

Quanto aos serviços de dados, a TIM continuou a promover os conceitos do Infinity e Liberty Web com serviços de Internet móvel focado nos usuários de *smartphones*, *tablets*, e notebooks, criando uma família de ofertas completa e forte. Os novos planos foram projetados para evitar surpresas na conta mensal, e, neste sentido, oferecem uso ilimitado por um preço fixo.

No mercado empresarial, após o lançamento dos planos Liberty e Empresa Mundi, que oferecem chamadas ilimitadas entre funcionários, clientes e fornecedores, a TIM anunciou um pacote de ofertas projetado para atender às necessidades de conectividade de pequenas e médias empresas (SMEs). As três combinações incluem planos de voz, Internet móvel ilimitada para *smartphones* (de graça por 3 meses) e aparelhos modernos por uma mensalidade fixa. Ainda no segmento B2B, a TIM lançou seus primeiros planos para empresas que oferecem ou usam soluções M2M em uma abordagem inovadora.

No mercado de aparelhos, o crescente sucesso nas vendas de smartphones desbloqueados e não-subsidiados derrubou outra barreira para os clientes da TIM, e em maio a TIM fechou um acordo exclusivo com a Apple para vender os iPhones 3GS mais baratos do mercado brasileiro por R$ 999,00 em 12 parcelas no cartão de crédito. Além do sucesso da Apple, outras das principais marcas tais como Motorola e Samsung estão representadas no mercado de smartphones com o recente lançamento do Motorola Atrix e do Samsung Galaxy S II.

Para os serviços de telefonia fixa, por meio da Intelig, a TIM deu outro passo para crescer no mercado residencial, e, no meio de junho, a empresa realizou um evento para atrair novos parceiros e agentes de vendas. O canal vende produtos para Internet móvel e fixa de porta em porta e obteve resultados significativos. A abordagem comercial é a principal diferença destes agentes de vendas. O objetivo é fornecer serviços de telecomunicações convergentes Intelig por preços acessíveis sem necessidade de instalação

de fios e cabos para as classes C e D, de maneira literalmente conveniente na porta de casa.

Para o serviço de atacado, dois meses depois de assinar a primeira parceria de MVNO (Operador de rede virtual móvel – *Mobile Virtual Network Operator*) no Brasil, a TIM anunciou a parceria com a Sisteer, líder do mercado francês em MVNE (Facilitador de rede virtual móvel – *Mobile Virtual Network Enabler*) na Europa. Conforme o contrato, a Sisteer operará como MVNE, o que significa conectar as redes do operador virtual móvel e da TIM, permitindo serviços pré- e pós-pagos de voz, SMS e dados. A parceria permitirá que os MVNO utilizem todos os serviços de telecomunicações móveis no Brasil e no exterior.

Quanto à marca, nesse trimestre tivemos outra pesquisa de satisfação que registrou uma forte recuperação no atributo de preferência, tornando a TIM a líder no segmento. Já em relação à rejeição, a TIM atingiu a menor nível entre as operadoras.

Adicionalmente, a TIM assinou acordos para patrocinar mais 2 times de futebol do Brasil, atingindo 8 equipes em todo o país. Estas parcerias fazem parte da estratégia de aproximação com os clientes por meio do futebol.

A TIM também realizou algumas campanhas sociais específicas, intensificando seu comprometimento com a sustentabilidade e a sociedade. Iniciado em 2003, o programa educacional TIM Música nas Escolas tem o objetivo de oferecer aos participantes novas maneiras de aprendizado, focando na melhoria do desempenho escolar – com base na língua universal da música – e estímulo do desenvolvimento de uma cultura de paz. Desde sua criação, o programa beneficiou mais de 20.000 alunos de escolas públicas em 13 cidades.

Desempenho financeiro

Dados financeiros escolhidos – Receitas

DESCRIÇÃO	2T11	2T10	% A/A	1T11	%T/T
R$ Milhares					
Receita Bruta	**6.151.077**	**4.942.702**	**24,4%**	**5.440.095**	**13,1%**
Receita Bruta de Serviços	**5.419.571**	**4.563.196**	**18,8%**	**5.007.167**	**8,2%**
Serviços Móvel e Outras Receitas	**5.031.172**	**4.248.259**	**18,4%**	**4.644.475**	**8,3%**
Assinatura e Utilização	2.473.967	2.143.273	15,4%	2.371.264	4,3%
VAS - Serviços adicionais	734.418	550.228	33,5%	640.353	14,7%
Longa Distância	820.239	591.451	38,7%	690.159	18,8%
Interconexão	944.232	902.224	4,7%	896.620	5,3%
Outras Receitas	58.316	61.083	-4,5%	46.079	26,6%
Serviços Fixo e Outras Receitas	**388.399**	**314.937**	**23,3%**	**362.692**	**7,1%**
Receita Bruta de Produtos	**731.506**	**379.506**	**92,8%**	**432.928**	**69,0%**
Impostos e descontos s/ receita total	**(1.899.319)**	**(1.383.721)**	**37,3%**	**(1.687.831)**	**12,5%**
Impostos e descontos s/ receita de serviços	(1.675.573)	(1.213.212)	38,1%	(1.543.979)	8,5%
Impostos e descontos s/ venda de produtos	(223.746)	(170.509)	31,2%	(143.852)	55,5%
Receita Liquida Total	**4.251.759**	**3.558.981**	**19,5%**	**3.752.263**	**13,3%**
Receita Liquida de Serviços	**3.743.999**	**3.349.984**	**11,8%**	**3.463.187**	**8,1%**
Receita Liquida de Produtos	**507.760**	**208.997**	**143,0%**	**289.076**	**75,6%**

Receitas operacionais

Receitas líquidas de serviços: + 24% em relação ao ano anterior

A receita bruta total atingiu R$6.151 milhões no trimestre, um aumento de 24,4% em relação ao ano anterior. As receitas brutas de serviços cresceram 18,8% se comparadas ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$5.420 milhões no 2T11. As receitas brutas de produtos atingiram R$732 milhões, um aumento substancial de 92,8% em relação ao ano anterior.

As receitas brutas principais e destaques são apresentados a seguir:

Elasticidade de tráfego positiva ...

Receitas de voz sainte cresceram 20% em relação ao ano anterior

Receita bruta de voz sainte (uso e taxa mensal + LD) continuou a registrar melhoria significativa em relação ao ano anterior, com crescimento de 20,5% no 2T11. O desempenho foi suportado pelos serviços locais e LD, resultante de uma elasticidade positiva de tráfego após os planos inovadores ("Infinity" e "Liberty"). A estratégia de voz continua a aumentar o uso dentro da comunidade TIM (local e LD). No 2T11, o tráfego sainte aumentou 51,3% se comparado ao ano anterior, com aproximadamente 90% dentro da própria rede TIM. A divisão da voz é a seguinte:

- **A Receita bruta de uso e mensalidades** atingiu R$2.474 milhões neste trimestre, um crescimento anual de 15,4% suportado por um crescimento do MOU intra-rede que fornece não apenas receitas incrementais, mas uma contribuição mais sólida para o EBITDA.

Permanece como a operadora nº 1 em tráfego LD

- **A receita bruta de chamadas de longa distância** atingiu R$820 milhões no trimestre, um crescimento de 38,7% se comparado ao 2T10. A TIM continua a alavancar seu serviço de chamadas de longa distância e a fornecer propostas com valor distinto e exclusivo para os usuários. A substituição fixo-móvel

continua a destravar valor do tráfego pré-pago LD. Além disso, aproximadamente R$16 milhões vieram de chamadas originadas por clientes Intelig, devido ao início da migração de CSP 23 para CSP 41.

Receitas ITX inverteram as tendências

A receita bruta de interconexão inverteu a tendência de erosão, anteriormente uma queda de mais de 5% para um crescimento de 4,7% em relação ao ano anterior no 2T11, atingindo R$944 milhões. Este resultado foi impulsionado principalmente por: (1) crescimento no segmento de pós-pagos e (2) lançamento do Infinity Torpedo, que oferece SMS ilimitado para nossos clientes para qualquer operadora de telefonia celular, gerando aumento das mensagens SMS recebidas. A dependência da VU-M tem diminuído consistentemente, atingindo 17% de receitas brutas de serviço em relação aos 20% do ano anterior.

A receita bruta de dados somou R$734 milhões, um aumento consistente e forte de 33,5% em relação ao ano anterior, confirmando o sucesso do plano de dados Infinity Web e mais recentemente do plano Infinity Torpedo.

A receita bruta de aparelhos totalizou R$732 milhões (+92,8% em relação ao 2T10). Este aumento significativo foi impulsionado principalmente por: (1) crescimento no volume de aparelhos, atingindo 3,5 milhões de unidades vendidas (+83% em relação ao ano anterior) e (2) melhoria do mix de aparelhos, com mais de 54% das vendas sendo *smartphones/webphones* (em relação a 28% no ano anterior). Para a TIM, o resultado marca a consolidação do modelo de negócios de aparelhos não-subsidiados.

Intelig no caminho

A receita bruta de telefonia fixa, que incluiu a Intelig e o TIM Fixo, totalizou R$388 milhões no 2T11, 23,3% maior se comparado ao mesmo período no ano anterior. Desde o início em 2010, a marca e as ofertas corporativas da Intelig foram remodeladas, suportando o crescimento de receita anual, que esperamos que continue nos próximos trimestres.

A receita líquida total atingiu R$4.252 milhões no trimestre, um aumento de 19,5% (aceleração do crescimento anual em relação ao trimestre anterior). As receitas líquidas de serviços apresentaram uma aceleração de 11,8% se comparadas ao mesmo período do ano anterior, atingindo R$3.744 milhões no 2T11.

ARPU: +3,7% QoQ

O ARPU (receita média por usuário) cresceu 3,7% no trimestre, atingindo R$21,6 e apresentando uma redução anual mais lenta de 10,9% (contra –13,5% na comparação anual do 1Q11). A redução continuou a ser fortemente afetada pelo mix da base de assinantes, no qual a adição líquida do segmento de pré-pagos cresceu mais do que 7 vezes mais rápido do que a do segmento de pós-pagos no 2T11.

Alto crescimento de uso entre rede de qualidade superior

O MOU (minutos de uso) continuou a mostrar um crescimento anual significativo, atingindo 127 minutos no 2T11, 15,4% maior se comparado aos 110 minutos no 2T10.

- **O MOU sainte** atingiu 113 minutos, representando um crescimento de 21,2% em relação ao 2T10. Este aumento substancial veio dos nossos planos de voz,

que estão estimulando o efeito FMS como resultado do crescimento do tráfego de saída.

- **O MOU entrante** atingiu 14 minutos no 2T11, uma redução de 17,4% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Apesar da queda do MOU sainte, o aumento de penetração do plano pós-pago Liberty reduziu o ritmo da erosão (-23% em relação ao ano anterior no 2T10).

Dados financeiros escolhidos – Custos e despesas operacionais

DESCRIÇÃO	2T11	2T10	% A/A	1T11	%T/T
R$ Milhares					
Custos da Operação	**(3.113.535)**	**(2.548.904)**	**22,2%**	**(2.719.710)**	**14,5%**
Custo de pessoal	(156.381)	(147.520)	6,0%	(153.443)	1,9%
Comercialização	(946.894)	(854.498)	10,8%	(896.207)	5,7%
Rede e interconexão	(1.147.163)	(1.044.935)	9,8%	(1.109.388)	3,4%
Gerais e administrativas	(134.326)	(125.981)	6,6%	(124.307)	8,1%
Custo dos produtos vendidos	(587.588)	(231.867)	153,4%	(332.583)	76,7%
Provisão para devedores duvidosos	(66.274)	(90.458)	-26,7%	(41.979)	57,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	(74.909)	(53.645)	39,6%	(61.803)	21,2%

Custos e despesas operacionais

O total de custos e despesas operacionais aumentou 22,2% em relação ao ano anterior para R$3.114 milhões no 2T11, principalmente devido ao efeito do crescimento maciço de vendas de aparelhos.

O detalhamento dos custos e despesas é apresentado a seguir:

As despesas pessoais atingiram R$ 156 milhões no 2T11, um crescimento de 6% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Este efeito foi impulsionado principalmente pelos esforços para aumentar a força de vendas e fazer o *insourcing* de funcionários das centrais de atendimento em 13% em relação ao ano anterior, focando na assistência aos clientes.

Aumento causados pelo Fistel e por serviços terceirizados

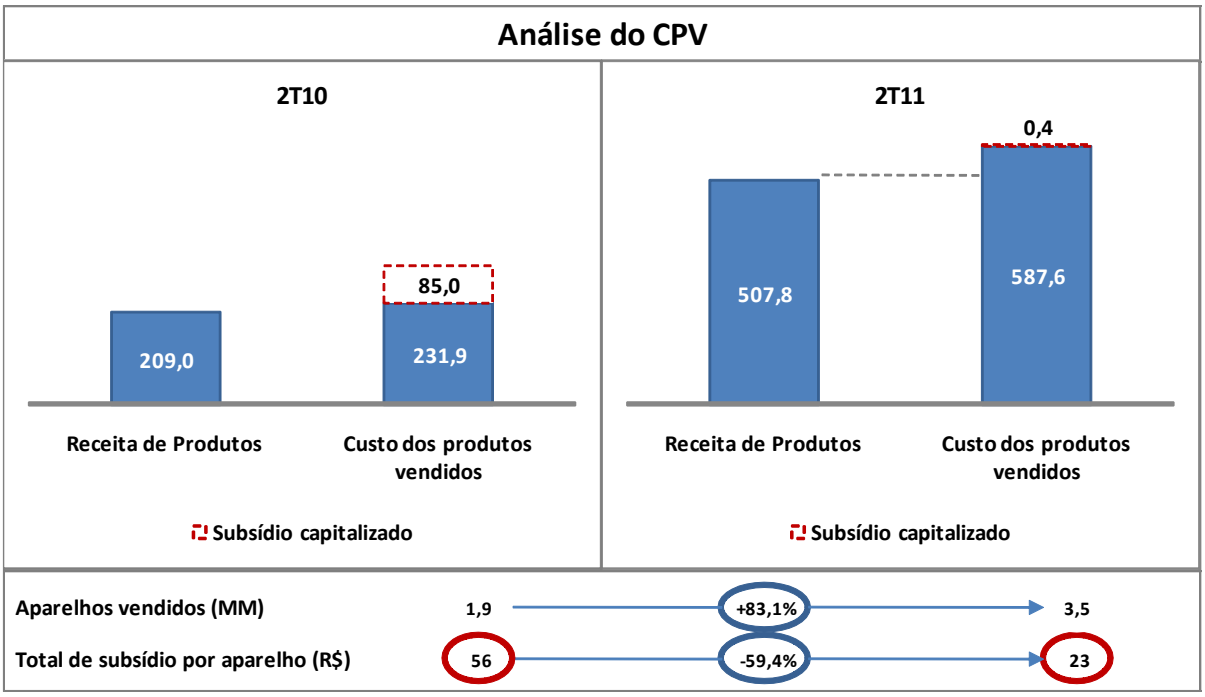
As despesas de vendas e marketing somaram R$947 milhões, 10,8% mais altas se comparados ao mesmo período do ano anterior, fortemente afetadas pelos impostos Fistel (devido ao crescimento da base de assinantes) e serviços terceirizados (impulsionado por um aumento no número de funcionários terceirizados das centrais de atendimento). Excluindo o Fistel, o aumento nos gastos seria de 6,4%.

Exposição MTR em 23% do EBITDA

Os custos de rede e interconexão atingiram R$1.147 milhão no 2T11, um aumento de 9,8% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi altamente afetado pelo crescimento de interconexão de telefonia fixa após o lançamento do plano "Infinity Mais", que oferece chamadas locais ilimitadas para números de telefone fixos e ofertas da Intelig. Além disso, os recentes leilões vencidos pela Intelig demandaram custos de aluguel de linhas mais altos para fornecer o serviço, o que também contribuiu para aumentar os custos de rede. Mesmo assim, a exposição do EBITDA à interconexão apresentou uma redução anual atingindo 23,0% no 2T11 (contra 29,8% no 2T10).

As despesas gerais e administrativas (G&A) somaram R$134 milhões no 2T11, 6,6% mais alto se comparadas ao mesmo período do ano anterior. O aumento foi impulsionado principalmente pelos custos associados à Intelig, tais como (i) despesas maiores com mão de obra terceirizada e (ii) pagamento do aluguel de prédio– desde 2T10.

Custos dos produtos vendidos atingiram R$588 milhões no trimestre, um aumento de R$356 em relação ao mesmo período do ano anterior. Para um melhor entendimento, normalizamos os números considerando o impacto no subsídio capitalizado (conforme mostrado no gráfico a seguir).



No 2T10, ainda sob o impacto das vendas subsidiadas, a capitalização somou R$ 85 milhões contra somente R$ 0.4 milhão registrados neste trimestre. Considerando este efeito, o COGS aumentou 86% enquanto as receitas de produtos cresceram 143%, o que representa uma redução no subsídio por aparelho vendido de 59% em relação ao ano anterior.

Inadimplência de 1,1% das receitas brutas

As despesas com inadimplência reportaram novamente uma queda significativa em uma comparação anual, somando R$ 66 milhões e queda de 26,7% em relação ao ano anterior, mesmo com a expansão da base pós-paga de 15,3%. Trata-se de uma redução consistente e evidência de abordagem comercial racional com base nas vendas somente de cartões SIM e melhor análise de crédito dos clientes. Como resultado, a inadimplência deste trimestre como percentual das receitas brutas atingiu o nível mais baixo em um segundo trimestre em todos os tempos, 1,1%, bem abaixo dos 1,8% registrados no 2T10.

Outras despesas operacionais atingiram R$ 75 milhões no 2T11, R$ 21 milhões a mais que o mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao aumento de despesas de contingência como resultado do crescimento substancial da base de assinantes se comparado ao 2T10.

Queda brusca do SAC/ARPU mesmo após recorde de vendas

Os custos de aquisição de assinantes por adições brutas (onde SAC = subsídio + comissionamento + despesas totais de propaganda) foram reduzidos para R$ 34,7 no trimestre, uma queda anual significativa de 44,8%. O desempenho reflete a maior eficiência na aquisição de clientes pré-pagos, mesmo com o recorde de adições brutas com

alta de 45,4% em relação ao ano anterior. A relação SAC/ARPU atingiu 1,6x (contra 2,6x no 2T10).

EBITDA

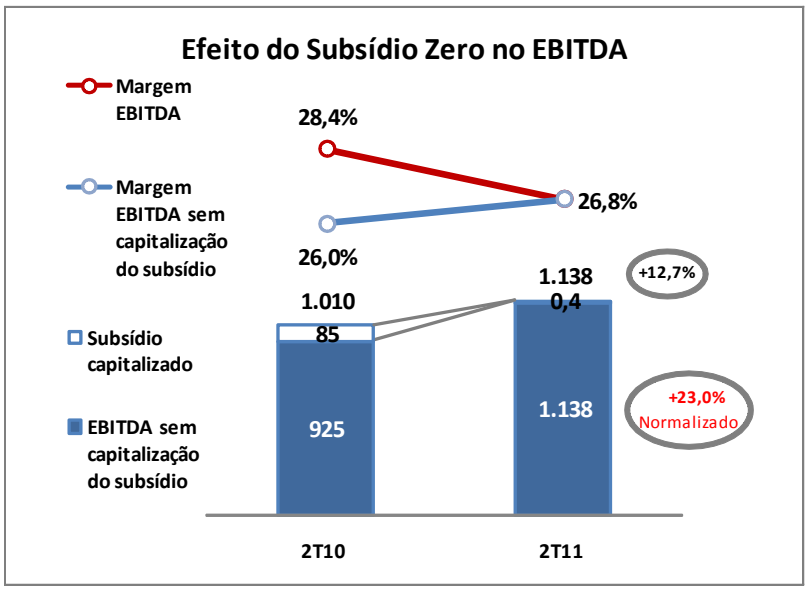
Crescimento de dois dígitos do EBITDA em relação ao ano anterior

O EBITDA atingiu R$ 1.138 milhões, representando uma expansão de 12,7% em relação ao 2T10.

Se analisarmos os números sem a capitalização de subsídios, o EBITDA teria sido de R$ 1.138 milhões no 2T11, +23% em relação aos R$ 925 milhões do 2T10.

Este desempenho é explicado pela contribuição de voz sainte (receitas de voz – custos de interconexão), e também pelo crescimento das receitas de VAS e LD.

A margem EBITDA atingiu 26,8% no 2T11, uma redução em relação aos 28,4% no 2T10. A redução se deu principalmente devido à diluição criada pelo aumento de vendas de aparelhos e pelo efeito causado pelo subsídio capitalizado (conforme mostrado na tabela a seguir).



A depreciação e a amortização contabilizaram R$ 609 milhões no segundo trimestre, uma queda brusca de 21,1% em relação ao ano anterior amplamente explicada pela diminuição do efeito de subsídios de aparelhos.

EBIT

Crescimento do EBIT: mais de 2 vezes em relação ao ano anterior

O EBIT (receita antes dos juros e impostos) totalizou R$ 529 milhões no 2T11. Em uma comparação anual, o EBIT foi 2,2 vezes maior, o que representa uma forte expansão de R$ 291 milhões devido a um forte resultado do EBITDA e menor despesa com D&A.

Resultado financeiro líquido

As despesas financeiras líquidas totalizaram R$ 44 milhões, 25,4% menos do que os R$ 59 milhões do mesmo período do ano anterior. A redução do pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos e a melhoria das receitas financeiras foram os principais motivos do movimento.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social somaram R$ 135 milhões no 2T11, contra R$ 54 milhões no mesmo período do ano anterior. Este aumento é explicado por um aumento nos gastos com imposto de renda, refletindo um lucro muito mais forte no 2T11 se comparado ao 2T10.

Lucro líquido

O lucro líquido consolidado atingiu R$350 milhões no 2T11, 2,8 vezes maior que os R$ 126 milhões no 2T10, principalmente devido aos melhores resultados operacionais (+ R$ 128 milhões na linha EBITDA) seguidos pelos resultados financeiros e de amortização inferiores.

CAPEX

Os investimentos totalizaram R$ 719 milhões no 2T11 ou 16,9% das receitas líquidas, um aumento de 38,2% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Neste trimestre, a empresa contabilizou R$ 65 milhões por licenças adquiridas no ano anterior no leilão de sobras SMP.

Posição financeira líquida e fluxo de caixa livre

A dívida bruta totalizou R$ 3.298 milhões, uma queda significativa se comparada aos R$ 4.224 milhões no 2T10. A redução é explicada pela expiração de alguns empréstimos que não foram renovados. As dívidas da empresa se concentram em contratos de longo prazo (80% do total), compostos por financiamentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), BNB (Banco do Nordeste do), EIB (Banco Europeu de Investimento Brasil – *European Investment Bank*) e BNP, assim como de empréstimos de outras instituições financeiras locais e internacionais.

Aproximadamente 22% do total da dívida é denominado em moeda estrangeira (US$) e é 100% protegida em moeda local. O custo médio da dívida totalizou 11,03% (90,2 do CDI) no 2T11 comparado aos 10,03%(107,5% do CDI) no 2T10.

O Caixa e o equivalente de caixa atingiram R$ 1.300 milhões, resultando em uma posição líquida de dívida de R$ 1.998 milhões, 20,7% inferior ao 2T10. O aumento em relação ao trimestre anterior (R$ 1.671 milhão no 1Q11) é explicado pelo pagamento de dividendos (R$ 489 milhões) no trimestre.

O fluxo de caixa operacional livre no 2T11 foi positivo no valor de R$ 339 milhões, um aumento de 47% se comparado aos R$ 230 milhões do 2T10. Principalmente devido ao crescimento de EBIT de 122% em relação ao ano anterior, assim como ao efeito sazonal da variação do capital de giro.

Eventos Subsequentes

Migração para o Novo Mercado

Em 22 de junho de 2011 foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia a migração para o segmento especial de listagem denominado "Novo Mercado" da BM&FBovespa seguido pela conversão do número total de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, na proporção de 0,8406 novas ações ordinárias para cada ação preferencial da Companhia.

A migração para Novo Mercado da Empresa resultará em benefícios tanto para a empresa quanto para todos os acionistas. Os altos níveis de governança corporativa exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa de mercados como os Estados Unidos e na Europa, irá aumentar o potencial de atração de novos investidores e a liquidez das ações negociadas publicamente pela Companhia. Com isso, todas as ações da Companhia passarão a fazer parte do programa da Companhia de American Depositary Receipts. Além disso, a política de dividendos da empresa serão unificadas e o tag along de 100% será assegurada a todos os acionistas em caso de transferência de controle.

A partir de 03 de agosto de 2011 a Companhia terá apenas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da BOVESPA, utilizando o código "TIMP3" e a partir de 08 de agosto de 2011 a Companhia só vai ter American Depositary Receipts representativos de ações ordinárias de emissão da Companhia na New York Stock Exchange.

Aquisição da AES Atimus

De acordo com nossa estratégia comercial de expansão das atividades e fortalecimento da infra-estrutura da Companhia, a subsidiária integral TIM Celular SA, como comprador, celebrou em 08 de julho com a Companhia Brasiliana de Energia ("Brasiliana"), como vendedor, e também com AES Elpa SA ("AES Elpa"),como interveniente-partido, um acordo tendo como finalidade a compra e venda de todas as quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. ("AES Telecom EP") e as ações de emissão da AES Communications Rio de Janeiro SA ("AES Com Rio"), atualmente controlada, respectivamente, pela Brasiliana e da AES Elpa ("Contrato Brasiliana-TIM").

AES EP Telecom e AES Com Rio são os fornecedores de infra-estrutura e soluções para comunicação de alto desempenho, que servem os principais municípios das áreas metropolitanas dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, abrangendo um mercado potencial de aproximadamente 7,5 milhões de lares e mais de 500 mil empresas em 21 cidades, através de uma rede de fibra óptica de 5,5 mil quilômetros.

Os valores corporativos das empresas, conforme acordado pelas partes, são R$1,128 milhões para todos os de quotas de AES EP Telecom e R $ 473milhões para todas as ações

da AES Com Rio, a ser ajustado pela dívida líquida de ambas as companhias na data de encerramento, data em que o real preço de aquisição das ações acima mencionadas e as quotas devem ser corrigidos. Esperamos que essa operação traga uma economia entre Opex / Capex no valor de R $ 1 bilhão para nos próximos 3 anos. A realização da compra e venda acordado ainda está sujeita às aprovações societárias e regulatórias, e está prevista para ser concluída no quarto trimestre deste ano. Além disso, a transação deverá ser oportunamente apresentado às autoridades antitruste brasileiras.

Plano de Inventivo de Longo Prazo

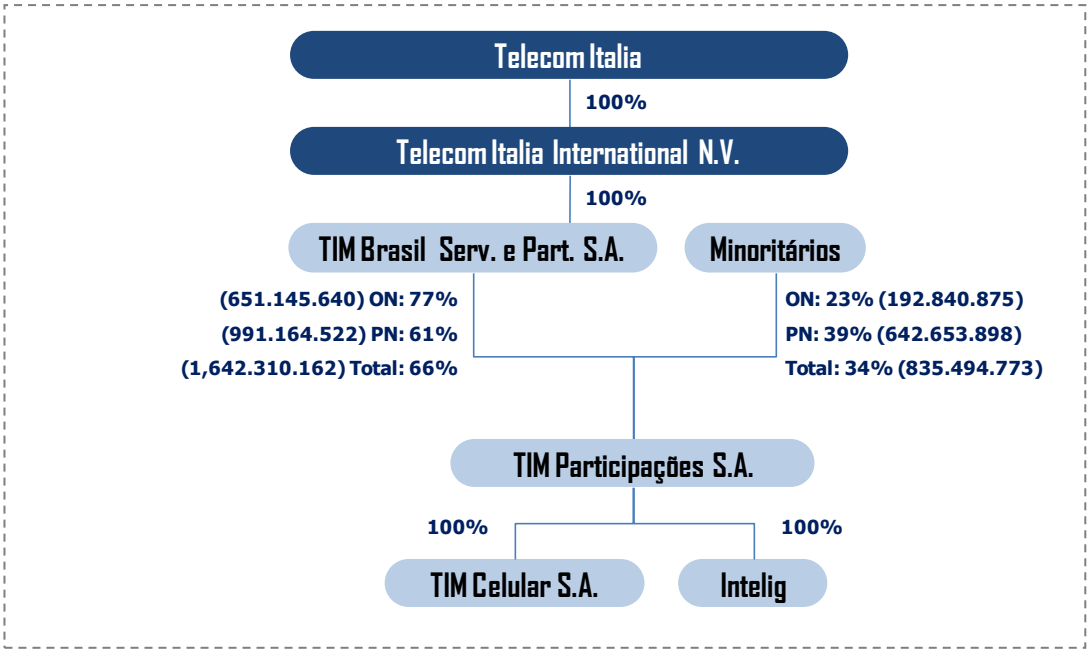
Em 21 de Julho, os acionistas da TIM Participações foram chamados para atender à Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em 05 de agosto para apreciar o Plano de Incentivo de Longo Prazo. O plano tem os seguintes objetivos; (i) Alinhar interesses entre os gestores e acionistas (performance e criação de valor), (ii) Implementar um sistema de incentivos integrado para equilibrar o horizonte de tempo (curto prazo vs longo prazo) e os objetivos (industrial vs financeiros), (iii) Melhorar a competitividade do pacote compensação da Alta Gestão.

O plano deve ser regido pelo Conselho de Administração da Companhia, que pode delegar poderes e ser aconselhado pelo Comitê de Remuneração ou comissão específica sobre o assunto. Também pode ser suportado pelas funções de RH, Jurídico e CFO, bem como consultores externos. Este tem a responsabilidade de assegurar as regras do plano e decidir sobre situações excepcionais.

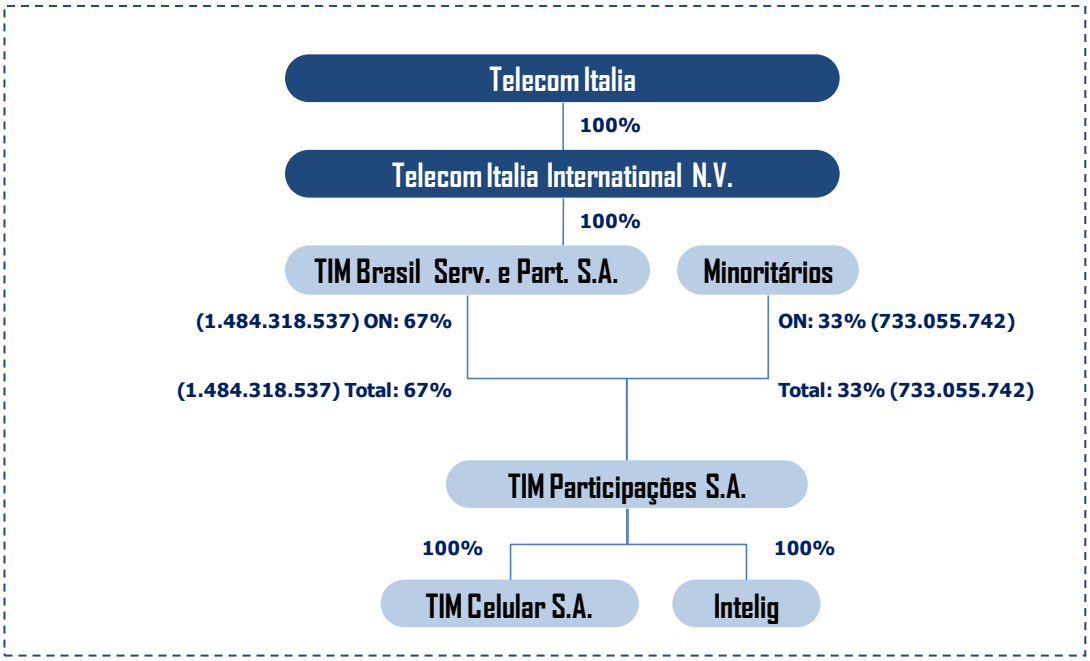
O programa tem uma duração de 3 anos e uma Opções gradual de aquisição até 33% no primeiro ano, até 66% no segundo ano e até 100% no terceiro ano para cada concessão.

Estrutura Societária

Antes da migração para o Novo Mercado



Após migração para o Novo Mercado



Sobre a TIM Participações S.A.

A TIM Participações S.A. é uma companhia holding, que presta serviços de telecomunicações em todo o território nacional através de suas subsidiárias, TIM Celular S.A. e Intelig Telecomunicações LTDA. A TIM Participações é uma empresa controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A., subsidiária do grupo Telecom Itália. A TIM iniciou suas operações no Brasil em 1998 e se consolidou como uma empresa nacional a partir de 2002, tornando-se a primeira operadora móvel a ter presença em todos os estados do Brasil.

A TIM atua como operadora de serviços de telefonia móvel, fixa, longa distância e transmissão de dados, sempre com o foco na qualidade dos serviços prestados aos seus clientes. Através da tecnologia GSM, a TIM possui um alcance nacional de aproximadamente 94% da população urbana, sendo a maior cobertura GSM do Brasil, com presença em 3.233 cidades. A TIM conta também com uma extensa cobertura de dados em todo país, sendo 100% GPRS, ~80% com EDGE, além de possuir uma sofisticada rede de Terceira Geração (3G) disponível para mais de 57% da população urbana do Brasil. A Companhia também possui acordos de roaming internacional para clientes TIM; são mais de 450 redes disponíveis em mais de 200 países nos seis continentes.

- **Empresa integrada com uma cobertura nacional desde 2002**
- **Rede: maior cobertura GSM e qualidade comprovada**
- **Ofertas inovadoras: novos conceitos aproveitando a comunidade TIM**
- **Marca: associada à inovação e atributos de qualidade**
- **Sustentabilidade: mantida no índice ISE de 2010/2011**

A marca TIM possui uma forte associação aos atributos de inovação e qualidade. Ao longo de sua trajetória no país, tornou-se a pioneira no lançamento de diversos produtos e serviços, como a introdução do MMS e do Blackberry no Brasil. Dando continuidade a essa trajetória, a Companhia renovou seu portfólio de ofertas em 2009, buscando se posicionar como a operadora que faz "Planos e Promoções que Revolucionam". A TIM lançou duas famílias de planos – 'Infinity' e 'Liberty' além do sofisticado plano 'Da Vinci'. O novo portfólio é baseado em um conceito inovador, com grande incentivo ao uso (tarifação por chamada, uso ilimitado) e sempre explorando o conceito de comunidade TIM, com mais de 55 milhões de linhas em todo país.

Em dezembro de 2009, a empresa concluiu o processo de incorporação de 100% da Intelig. A empresa atua como provedora de telefonia fixa, longa distância e transmissão de dados no Brasil. Anunciada em abril do mesmo ano, a incorporação ampliará a infra-estrutura de rede da TIM, uma combinação que permite acelerar o desenvolvimento da rede 3G, otimizar custos de aluguel de meios, e também melhorar nosso posicionamento competitivo no mercado de telefonia.

TIM Participações é uma empresa de capital aberto que possui ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE). A TIM também é integrante de um seleto grupo de empresas que compõem a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) da BM&FBOVESPA.

Considerações Futuras

Este documento pode conter algumas previsões acerca de eventos futuros. Tais previsões não constituem fatos consumados e refletem as crenças e expectativas dos administradores da Companhia. Os termos "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", bem como outros similares, visam identificar tais previsões que, evidentemente, envolvem riscos ou incertezas futuras previstas ou não pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia podem divergir das atuais expectativas e o leitor não deve basear-se exclusivamente nas informações aqui contidas. As previsões apenas refletem as opiniões na data em que foram formuladas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las à luz de novas informações ou acontecimentos futuros.

Anexos

Anexo 1: Indicadores Operacionais Consolidados
Anexo 2: Glossário

As Demonstrações Financeiras Completas, incluindo Notas Explicativas, estão disponíveis no Website de Relações com Investidores da Empresa: www.tim.com.br/ri

Anexo 1

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

Indicadores Operacionais Consolidados

TIM sem Intelig

DESCRIÇÃO	2T11	2T10	% A/A	1T11	%T/T
Base Celular Brasil (milhões)	**217.346**	**185.135**	**17,4%**	**210.509**	**3,2%**
Penetração Total estimada	111,6%	95,9%	15,7 p.p.	108,3%	3,3 p.p.
Municípios Atendidos - TIM GSM	3.233	3.198	1,1%	3.208	0,8%
Market share	25,5%	24,0%	1,6 p.p.	25,1%	0,4 p.p.
Total de Clientes ('000)	**55.525**	**44.425**	**25,0%**	**52.849**	**5,1%**
Pré-pago	47.520	37.469	26,8%	45.147	5,3%
Pós-pago	8.005	6.956	15,1%	7.701	3,9%
Adições Brutas ('000)	9.257	6.366	45,4%	8.476	9,2%
Adições Líquidas ('000)	2.676	2.057	30,1%	1.821	47,0%
Churn	6.581	4.309	52,7%	6.655	-1,1%
ARPU (R$)	**21,6**	**24,2**	**-10,9%**	**20,8**	**3,7%**
MOU	**127**	**110**	**15,4%**	**126**	**0,7%**
SAC (R$)	50,3	83,3	-39,6%	49,2	2,2%
Aparelhos vendidos ('000)	3.507	1.915	83,1%	2.262	55,0%
Investimentos (R$ milhões)	**719**	**520**	**38,2%**	**297**	**142,4%**
Empregados	9.616	9.007	6,8%	9.568	0,5%

Anexo 2

Glossário

Termos Financeiros

CAPEX *(capital expenditure)* – investimento de capital.
Capital de giro = Ativo Circulante Operacional – Passivo Circulante Operacional.
Dívida / EBITDA = Índice usado para medir a capacidade que a Companhia tem de pagar sua dívida com a geração de caixa operacional no período.
Dívida líquida = Dívida bruta – disponibilidades.
EBIT = Resultado operacional antes de juros e impostos.
EBITDA = Resultado operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização.
Fluxo de caixa operacional = EBITDA – CAPEX.
Margem EBITDA = EBITDA / Receita Operacional Líquida.
PDD – Provisão para devedores duvidosos, onde é provisionado um montante estimado de contas de realização duvidosa.
PL – Patrimônio líquido.
Subsídio = (receita líquida de mercadorias – custo de mercadorias vendidas + descontos dados por fornecedores) / adições brutas.

Tecnologia e Serviços

CSP – Código de Seleção de Prestadora.
EDGE *(Enhanced Data rates for Global Evolution)* – Velocidades elevadas de transmissão de dados para a evolução global. Técnicas desenvolvidas para aumentar a velocidade de transmissão de dados, criando uma verdadeira banda larga para os aparelhos que utilizam a tecnologia GSM. Os primeiros celulares EDGE disponíveis oferecem velocidades que podem atingir até 200 Kbps, dependendo do modelo do aparelho.
GSM *(Global System for Móbile Communications)* – Sistema global avançado de tecnologia de comunicação móvel. O GSM é hoje o padrão mais popular implantado mundialmente.
SMP – Serviço Móvel Pessoal.
SMS *(Short Message Service)* – Serviço de mensagens curtas de texto para aparelhos celulares, possibilitando o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
3G/HSDPA (High-Speed Downlink Packet Access) – tecnologia 3G capaz de conduzir maiores velocidades de transmissão de dados, permitindo ao usuário móvel a utilização da internet em banda larga, com altas velocidades para downloads.

Indicadores Operacionais

Adições brutas – Total de novos clientes adquiridos no período
Adições líquidas = adições brutas – desconexões.
ARPU (Average Revenue per user) – Receita líquida de serviços por base média de clientes no período.
ARPM (Average Revenue per Minute) – ARPU / MOU
Taxa de churn – Taxa percentual que mede o número de clientes. desconectados durante um determinado período de tempo.
Clientes – Número de acessos em serviço.
Market share – Participação do mercado estimado = nº. de clientes da Companhia / nº. de clientes da área de atuação.
MOU (minutes of use) – média mensal em minutos do tráfego por cliente = (Total de minutos originados + minutos entrantes) / média mensal de clientes do período.
Penetração do mercado = (nº. de clientes da companhia + nº. estimado de clientes das concorrentes) / cada 100 habitantes da área de atuação da Companhia.
SAC – Custo de aquisição por cliente = (despesas de publicidade e propaganda + comissões + subsídio) / adições brutas.
VU-M – Valor de autorização de uso móvel.

Notas Explicativas

TIM PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 30 de Junho de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A TIM Participações S.A. ("TIM Participações" ou "Companhia" ou "Grupo"), é uma companhia por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa do Grupo Telecom Itália e detém 77,15% do capital votante da TIM Participações e 66,28% do seu capital social. Atualmente, a Companhia passa por uma reforma de seu estatuto social, visando a sua inclusão no Novo Mercado da BM&F Bovespa. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 46.

As ações da Companhia são negociadas na BM&F/Bovespa. Adicionalmente, a TIM Participações possui recibos de depósito americanos (*American Depositary Receipts* – ADR) nível II negociados na Bolsa de New York – EUA. Em consequência, a Companhia também está sujeita às normas da *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e, visando atender às necessidades de mercado, adota como princípio a divulgação simultânea das informações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com o IFRS, nos dois mercados, em reais e em português e inglês.

A Companhia tem como principal objetivo exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações, especialmente serviços de telefonia móvel pessoal e telefonia fixa nas áreas de suas autorizações.

A Companhia detém a totalidade do capital da TIM Celular S.A. ("TIM Celular") e da Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"). A TIM Celular e a Intelig atuam como prestadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) em todos os estados brasileiros. Adicionalmente, a TIM Celular também atua como prestadora do Serviço Móvel Pessoal (SMP) em todos os estados brasileiros.

As autorizações de direito de uso de radiofreqüência para prestação do SMP mantidas pela Companhia são por prazo determinado e possuem as seguintes datas de expiração, com possibilidade de renovação por mais 15 (quinze) anos, conforme o caso:

Notas Explicativas

Termos de autorização	Data de expiração	
	Radiofreqüências 800MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Radiofreqüências 1.900 e 2.100 MHz (3G)
1. Amapá, Roraima, Pará, Amazonas, Maranhão, Rio de Janeiro e Espírito Santo	Março, 2016	Abril, 2023
2. Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	Março, 2016	Abril, 2023
3. São Paulo	Março, 2016	Abril, 2023
4. Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Setembro, 2022	Abril, 2023
5. Santa Catarina	Setembro, 2023	Abril, 2023
6. Município e região de Pelotas no estado do Rio Grande do Sul	Abril, 2024	Abril, 2023
7. Pernambuco	Maio, 2024	Abril, 2023
8. Ceará	Novembro, 2023	Abril, 2023
9. Paraíba	Dezembro, 2023	Abril, 2023
10. Rio Grande do Norte	Dezembro, 2023	Abril, 2023
11. Alagoas	Dezembro, 2023	Abril, 2023
12. Piauí	Março, 2024	Abril, 2023
13. Minas Gerais (exceto os municípios do triângulo Mineiro para radiofreqüências 3G)	Abril, 2013	Abril, 2023
14. Bahia e Sergipe	Agosto, 2012	Abril, 2023

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

a. Critérios de elaboração e divulgação

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – *CPC 21 Demonstrações Intermediárias*, equivalente ao *International Accounting Standard (IAS) 34 – Interim Financial Reporting*.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e os instrumentos derivativos mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação das informações trimestrais em conformidade com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da TIM Participações. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

Notas Explicativas

a.1. Apresentação das informações trimestrais

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 02 de agosto de 2011.

a.2. Informações trimestrais consolidadas

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

A conciliação das diferenças entre o resultado da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	06/2011	**06/2010**
Controladora	**563.033**	**186.196**
Eliminação de serviços prestados entre subsidiárias	404	(5.651)
Consolidado	**563.437**	**180.545**

a.3. Informações trimestrais individuais da Controladora

As informações trimestrais individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que se baseiam na Lei das Sociedades por Ações, nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº. 11.941, de 27 de maio de 2009, nas normas aplicáveis às concessionárias/ autorizatárias de serviços públicos de telecomunicações e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Notas Explicativas

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e das normas da CVM estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas informações trimestrais individuais visando o alinhamento e equiparação às informações trimestrais consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM nº. 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos). Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças de práticas contábeis em relação às consolidadas.

Nas informações trimestrais individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No caso da Companhia, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

a.4. Informações por segmentos

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo, que analisa o Grupo como um único segmento de telefonia móvel, que representa mais de 90% das operações da Companhia.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis a seguir apresentadas são igualmente aplicáveis para as informações trimestrais da controladora (BRGAAP) e do consolidado (BRGAAP/IFRS).

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e contas garantidas.

b. Aplicações financeiras

Aplicações financeiras possuem vencimento superior a três meses da data do balanço e são registradas pelo seu valor justo, como ativo circulante e não circulante na data dos balanços.

c. Ativos e passivos financeiros

c.1 Ativos financeiros

c.1.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia não utiliza contabilidade de "hedge".

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber".

c.1.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber os dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Notas Explicativas

c.1.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.1.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

  (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
  (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Notas Explicativas

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment.*

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

c.2 Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: contas a pagar a fornecedores, perdas não realizadas em operações com derivativos e empréstimos e financiamentos. São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras. Nesta categoria encontram-se basicamente os instrumentos financeiros derivativos.

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

d. Contas a receber

As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações são registradas pelo preço praticado na data da prestação do serviço. Inclui também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços, valores a receber de uso da rede (interconexão) e valores a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares e acessórios.

e. Estoques

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma provisão é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável.

Notas Explicativas

f. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. São apropriadas ao resultado na medida em que incorrem.

g. Investimentos

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial somente nas informações trimestrais individuais.

h. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, e do impairment, se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e do seu valor residual (nota 16). A Companhia reconhece seus ativos por componente individualizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e amortizados pela vida útil desses bens. A Companhia reconhece como provisão para futura desmobilização de ativos o valor presente dos custos estimados a serem incorridos pela desmontagem e remoção de torres de telefonia celular e equipamentos em imóveis alugados. A contrapartida desta provisão é reconhecida no imobilizado, e a depreciação é calculada com base nas vidas úteis dos correspondentes ativos. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. O registro desta obrigação é feito conforme o ICPC 12 – Mudanças em passivos por desativação, restauração e outros passivos similares (equivalente ao IFRIC 1).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

i. Intangível

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e impairment, caso aplicável, e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências, (ii) software em uso e/ou desenvolvimento, e (iii) subsidio na venda de aparelhos e mini modems. Inclui também o ágio.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear ao longo da vida útil dos ativos, correspondente a quinze anos para bandas de radiofreqüência, cinco anos para software e quinze anos para autorizações.

As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente para refletir as mudanças tecnológicas.

Notas Explicativas

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;

- a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;

- o *software* pode ser vendido ou usado;

- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;

- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e

- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*,incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada,

Subsídio na venda de aparelhos e mini modems

A Companhia oferece subsídio na venda de aparelhos e mini *modems* a clientes pós-pagos formalizados através de contratos. Estes recursos despendidos são registrados como ativos intangíveis, de acordo com a IAS 38/CPC 04.

Notas Explicativas

O subsídio na venda de aparelhos e mini *modems* a assinantes do sistema pós-pago são diferidos e amortizados pelo prazo mínimo do contrato de serviço assinado pelos clientes (12 meses). A multa contratual para clientes que cancelarem as assinaturas ou migrarem para o sistema pré-pago antes do término dos contratos é invariavelmente superior ao subsídio concedido na venda dos aparelhos e mini *modems.*

j. Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados pelo menos anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

k. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

m. Provisões

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, sendo reconhecidos na demonstração do resultado. Não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais consolidadas. O imposto de renda diferido é determinado, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro e a base de contribuição social estejam disponíveis e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda diferido e a contribuição social são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda e as contribuições sociais diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda e as contribuições sociais diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda e as contribuições sociais incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

Notas Explicativas

A TIM Celular, através dos Laudos Constitutivos 0144/2003 e 0232/2003, emitidos em 31 de março de 2003 pela ADENE - Agência de Desenvolvimento do Nordeste, tornou-se beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 (dez) anos a partir do ano fiscal de 2002 até 2011, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da implantação de sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular digital; e (ii) redução de 37,5%, 25% e 12,5% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2003, 2004 a 2008 e 2009 a 2013, respectivamente, calculados sobre o lucro da exploração decorrente da sua capacidade instalada para prestação de serviços de telefonia móvel celular analógica.

o. Provisão para contingências

É constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos internos e externos, e da administração da Companhia por montantes suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis, sendo as perdas possíveis objeto de divulgação e as perdas remotas não são divulgadas.

p. Reconhecimento das receitas

A receita de serviços de telefonia móvel basicamente compreende assinaturas mensais, utilização dos minutos, encargos de roaming e chamadas de longa distância e são reconhecidas na medida em que seja provável que os benefícios econômicos fluirão para a Companhia e seu valor possa ser mensurado de forma confiável.

- Receitas de serviços prestados

A receita de serviços de telefonia celular é reconhecida com base em minutos de utilização processados, líquida de créditos e ajustes relativos a descontos concedidos sobre os serviços. Essas receitas somente são reconhecidas quando o resultado do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável. Os faturamentos são reconhecidos mensalmente e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado.

As receitas de tráfego de interconexão e roaming são registradas por seus valores brutos dos valores devidos a outras operadoras de telecomunicações. As receitas de serviços do sistema pré-pago são reconhecidas quando os serviços são prestados aos clientes com base nos minutos utilizados. Os minutos não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da utilização desses serviços pelos clientes.

- Receitas de vendas de produtos

As receitas com vendas de produtos (telefones, *mini-modems* e outros equipamentos) são reconhecidas quando os riscos significativos e os benefícios da propriedade são transferidos para o comprador. Uma parcela dessas vendas de aparelhos é relativa a contratos com prazo contratual mínimo de 12 meses e incluem multa de rescisão. Para estes contratos, o custo de aquisição subsidiado do aparelho é capitalizado no grupo de "Ativos intangíveis".

Notas Explicativas

q. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas possuem planos de benefício definido. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitados ou creditados ao resultado no período esperado de serviço remanescente dos funcionários.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

r. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos a reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

s. Participação no resultado

A Companhia e suas controladas provisionam mensalmente a participação de empregados no resultado, em função de metas divulgadas a seus colaboradores e aprovadas pelo Conselho de Administração, estando tais valores registrados como despesa de pessoal, alocada nas contas de resultado de acordo com o centro de custo de origem do empregado.

t. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas informações trimestrais da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

Notas Explicativas

u. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações do IFRS

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização do Grupo para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

4 Estimativas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(b) Imposto de Renda e contribuição social (corrente e diferido)

O Imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações prudentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro e é baseado em premissas fiscais conservadoras.

Notas Explicativas

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentada como redução das contas a receber e é constituída com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica e riscos envolvidos em cada caso, em montante considerado suficiente para fazer em face de eventuais perdas na realização de tais créditos.

(d) Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da administração.

(e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.
A Companhia aplica a alteração ao IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do mesmo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis) (nível 3).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Caixa e bancos	1.198	240	111.541	104.024
Aplicações financeiras:				
CDB	42.083	5.776	1.185.635	2.272.208
	43.281	6.016	1.297.176	2.376.232

Os Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) são títulos nominativos emitidos pelos bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos e podem ser negociados a qualquer momento dentro do prazo contratado.

Notas Explicativas

6 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
CDB	117	117	18.426	31.561
Títulos públicos federais		308		308
	117	425	18.426	31.869
Parcela circulante	(19)	(9)	(2.492)	(18.177)
Parcela não circulante	98	416	15.934	13.692

A remuneração média das aplicações da Companhia é de 100,98 % da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

As aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo significativo da rentabilidade reconhecida, exceto as aplicações de longo prazo que se encontram restritas para utilização em virtude de processos judiciais.

7 Contas a receber

	Consolidado	
	06/2011	12/2010
Serviços faturados	1.002.435	887.138
Serviços a faturar	621.907	624.962
Uso de rede	626.896	596.166
Venda de mercadorias	1.079.734	935.105
Outras contas a receber	39.581	110.895
	3.370.553	3.154.266
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(371.386)	(369.043)
	2.999.167	2.785.223
Parcela circulante	(2.951.482)	(2.748.411)
Parcela não circulante	47.685	36.812

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	Consolidado	
	06/2011	12/2010
Saldo inicial	369.043	408.606
Constituição de provisão	108.253	310.497
Baixas da provisão	(105.910)	(350.060)
Saldo final	371.386	369.043

Notas Explicativas

Os valores justos das contas a receber apresentam-se como segue:

	Consolidado	
	06/2011	**12/2010**
Serviços de telefonia	2.959.586	2.674.328
Outras contas a receber	39.581	110.895
	2.999.167	2.785.223

A idade do contas a receber apresenta-se como segue:

	Consolidado	
	06/2011	**12/2010**
A vencer	2.522.205	2.237.402
Vencidos até 30 dias	140.911	160.621
Vencidos até 60 dias	51.515	58.678
Vencidos até 90 dias	243.510	343.810
Vencidos a mais de 90 dias	412.412	353.755
	3.370.553	3.154.266

8 Estoques

	Consolidado	
	06/2011	**12/2010**
Aparelhos celulares	311.293	205.381
Acessórios e cartões pré-pagos	11.782	12.887
TIM "chips"	37.519	21.516
	360.594	239.784
Provisão para ajuste ao valor de realização	(12.204)	(11.130)
	348.390	228.654

9 Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	**12/2010**	**06/2011**	**12/2010**
ICMS			839.976	679.350
Outros	2	1	5.011	2.797
	2	1	844.987	682.147
Parcela circulante	(2)	(1)	(592.050)	(494.036)
Parcela não circulante			252.937	188.111

A parcela registrada no longo prazo refere-se basicamente ao ICMS sobre o ativo imobilizado das companhias controladas.

Notas Explicativas

10 Impostos e contribuições diretos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	**12/2010**	**06/2011**	**12/2010**
Imposto de renda e contribuição social	8.647	8.375	292.966	262.647
PIS / COFINS			232.906	211.255
Outros		377	13.987	27.393
	8.647	**8.752**	**539.859**	**501.295**
Parcela circulante	(38)	(380)	(452.940)	(361.929)
Parcela não circulante	**8.609**	**8.372**	**86.919**	**139.366**

A Companhia e a TIM Celular possuem ações contra a Lei nº. 9.718/98 declarando a inconstitucionalidade dessa Lei no que tange ao alargamento da base de cálculo dos tributos ali tratados, impedindo a cobrança de PIS e COFINS sobre receitas que não sejam decorrentes do faturamento da empresa. No entanto, ainda não obtiveram decisão judicial favorável final e por esse motivo nenhum registro de crédito de PIS e COFINS foi efetuado. A administração, porém, entende como provável a chance de desfecho favorável dessas causas às Companhias. Os montantes envolvidos são de R$6.646 e R$58.245, respectivamente, atualizados monetariamente.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e da contribuição social sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Os valores de compensação são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Prejuízo fiscal	9.640	8.764	1.576.687	1.669.112
Base negativa de contribuição social	3.535	3.220	579.203	600.852
Diferenças temporárias				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			126.937	126.003
Operações com derivativos			67.279	48.853
Provisão para contingências	1.635	1.367	79.096	84.679
Depreciação acelerada de equipamentos TDMA			8.920	11.419
Ajuste a valor presente – licença 3G			23.689	24.660
Imposto de renda diferido s/ajustes CPC's	53.569	53.569	182.332	193.674
Deposito judicial FISTEL			30.875	19.069
Imposto de renda e contribuição social sobre saldos de valor justo do imobilizado decorrente de combinação de negócios			(80.154)	(83.708)
Outros	1.745	1.787	31.878	18.431
	70.124	68.707	2.626.742	2.713.044
Provisão para desvalorização de créditos fiscais	(70.124)	(68.707)	(1.080.331)	(1.064.020)
			1.546.411	1.649.024
Parcela imposto ativo diferido			1.626.565	1.732.732
Parcela imposto passivo diferido			(80.154)	(83.708)

TIM CELULAR

A TIM Celular, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração e revisado pelo conselho fiscal, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

Com base nesse estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a TIM Celular estima recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

2011	293.629
2012	274.580
2013	277.114
2014	252.119
2015	244.312
2016 em diante	284.811
	1.626.565

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2010. Consequentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Notas Explicativas

Intelig

Baseado nas projeções dos lucros tributáveis futuros e considerando a existência de histórico de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a controlada Intelig concluiu pela existência de incertezas relacionadas à recuperabilidade dos créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social e consequentemente não reconheceu o respectivo ativo de imposto de renda diferido. Os montantes deste crédito são de R$938.802 em 30 de junho de 2011 e R$ 923.907 em 31 de dezembro de 2010.

12 Despesas antecipadas

	Consolidado	
	06/2011	**12/2010**
FISTEL	347.584	-
Aluguéis e seguros	43.443	26.930
Propagandas não veiculadas	41.443	80.293
Despesa antecipada com fornecedores	77.019	-
Outros	12.082	1.165
	521.571	108.388
Parcela circulante	(432.409)	(93.768)
Parcela não circulante	89.162	14.620

13 Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	**12/2010**	**06/2011**	**12/2010**
Cível	3.686	9.430	135.943	112.175
Trabalhista	18.674	11.304	126.404	103.092
Tributário (*)	8	7	267.645	170.148
Regulatório			105	104
	22.368	**20.741**	**530.097**	**385.519**

(*) Foi publicada, em abril de 2008, a Lei Federal nº. 11.652, que visa a cobrança da contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública à EBC – Empresa Brasil de Comunicação. O entendimento da empresa é de que a Lei é inconstitucional uma vez que a contribuição instituída não se reveste das características necessárias à instituição válida de qualquer tributo previsto na Constituição Federal. Foi impetrado mandado de segurança para resguardar os interesses da TIM Celular. Em março de 2010 e março de 2011 foram realizados depósitos judiciais referentes à contribuição de 2010 e 2011, nos montantes, respectivamente, de R$56.086 e R$ 69.445, que totalizam R$ 125.531. Para estes depósitos judiciais há provisão constituída de mesmo valor registrada no grupo de "Impostos indiretos e contribuições a pagar" no passivo não circulante. O mandado de segurança está pendente de julgamento em primeira instância judicial, tendo sido avaliado pelos advogados internos e externos como risco de perda possível.

Notas Explicativas

14 Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Adiantamentos a fornecedores			48.229	61.403
Adiantamentos a empregados		2	13.836	4.879
Incentivos fiscais			14.542	13.533
Outros direitos	3.399	1.172	31.782	36.539
	3.399	1.174	108.389	116.354
Parcela circulante	(3.399)	(1.174)	(90.596)	(98.591)
Parcela não circulante	-	-	17.793	17.763

15 Investimentos - Controladora

(a) Participações em empresas controladas:

	06/2011		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	31.506.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	10.027.103	672.569	
Lucro (prejuízo) líquido do período	612.314	(44.803)	567.511
Resultado de equivalência patrimonial	612.314	(44.803)	567.511
Valor do investimento	10.027.103	672.569	10.699.672
Valor do investimento	10.027.103	672.569	10.699.672

	12/2010		
	TIM Celular	Intelig	Total
Quantidade de ações/quotas detidas	31.506.833.561	3.279.157.266	
Participação no capital total	100%	100%	
Patrimônio líquido	9.435.865	717.372	
Lucro (prejuízo) líquido do período	2.243.627	(22.356)	2.221.271
Resultado de equivalência patrimonial	2.243.627	(22.356)	2.221.271
Valor do investimento	9.419.984	717.372	10.137.356
Reserva especial de ágio	15.881		15.881
Valor do investimento	9.435.865	717.372	10.153.237

Notas Explicativas

(b) Mutação do investimento em empresas controladas:

	TIM Celular	Intelig	Total
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2010	9.435.865	717.372	10.153.237
Dividendos complementares de 2010	(20.765)		(20.765)
Resultado de equivalência patrimonial	612.314	(44.803)	567.511
Outros	(311)		(311)
Saldo do investimento em 30 de junho de 2011	10.027.103	672.569	10.699.672

16 Imobilizado

(a) Movimentação do imobilizado

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 30/06/2011
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	9.428.829		(46)	729.376	10.158.159
Cabos de fibra ótica	466.438			1.761	468.199
Aparelhos em comodato	1.326.068		(18.488)	84.610	1.392.190
Infra-estrutura	2.211.729			175.579	2.387.308
Bens de informática	1.156.631			51.142	1.207.773
Bens de uso geral	457.828		(385)	15.452	472.895
Terrenos	38.175			1.070	39.245
Obras em andamento	1.078.304	475.188		(1.058.990)	494.502
Total Imobilizado Bruto	16.164.002	475.188	(18.919)	-	16.620.271
Depreciação acumulada					
Equipamentos de comutação / transmissão	(6.619.862)	(433.422)	15	(60)	(7.053.329)
Cabos de fibra ótica	(30.934)	(15.662)			(46.596)
Aparelhos em comodato	(1.112.108)	(112.007)	10.150		(1.213.965)
Infra-estrutura	(1.282.715)	(72.778)			(1.355.493)
Bens de informática	(1.029.609)	(31.192)			(1.060.801)
Bens de uso geral	(225.051)	(21.803)	121	60	(246.673)
Total Depreciação Acumulada	(10.300.279)	(686.864)	(10.286)	-	(10.976.857)
Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	2.808.967	(433.422)	(31)	729.316	3.104.829
Cabos de fibra ótica	435.504	(15.662)		1.761	421.604
Aparelhos em comodato	213.960	(112.007)	(8.338)	84.610	178.224
Infra-estrutura	929.014	(72.778)		175.579	1.031.815
Bens de informática	127.022	(31.192)		51.142	146.972
Bens de uso geral	232.777	(21.803)	(264)	15.512	226.223
Terrenos	38.175			1.070	39.245
Obras em andamento	1.078.304	475.188		(1.058.990)	494.502
Total Imobilizado líquido	5.863.723	(212.851)	(7.458)		5.643.414

Notas Explicativas

(b) Taxas de depreciação

	Taxa média anual %
Equipamentos de Comutação/ Transmissão	8 à 14,29
Cabos de fibra ótica	4 à 10
Aparelhos em Comodato	50
Infra-Estrutura	4 à 10
Bens de Informática	20
Bens de Uso Geral	4 à 10

Em 2010 em conformidade com o ICPC 10, a Companhia e suas subsidiárias realizaram avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluíram que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstancias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

Tecnologias em operação

As companhias controladas operam sua rede de prestação de serviços nas tecnologias, GSM e 3G. Em 30 de junho de 2011, nenhuma provisão para perda em relação à recuperação do ativo imobilizado foi considerada necessária.

17 Intangível

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, ágio e outros, são demonstrados como segue:

(a) Movimentação do Intangível

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Transferência	**Saldo em 30/06/2011**
Custo do Intangível Bruto				
Direito de uso de softwares	6.861.798		440.360	7.302.158
Licenças de concessão	4.266.301		65.028	4.331.329
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	1.811.580	8.255		1.819.835
Bens e instalações em andamento	69.773	530.502	(505.388)	94.887
Ágio	367.571			367.571
Outros ativos	33.181			33.181
Total Intangível Bruto	13.410.204	538.757		13.948.961
Amortização acumulada				
Direito de uso de softwares	(4.870.255)	(386.650)		(5.256.905)
Licenças de concessão	(2.246.144)	(151.492)		(2.397.636)
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	(1.749.030)	(63.617)		(1.812.647)
Outros ativos	(8.927)	(3.029)		(11.956)
Total Amortização Acumulada	(8.874.356)	(604.788)		(9.479.144)
Intangível Líquido				
Direito de uso de softwares	1.991.543	(386.650)	440.360	2.045.253
Licenças de concessão	2.020.157	(151.492)	65.028	1.933.693
Subsídios na venda de aparelhos e mini modems	62.550	(55.362)		7.188
Bens e instalações em andamento	69.773	530.502	(505.388)	94.887
Ágio	367.571			367.571
Outros ativos	24.254	(3.029)		21.225
Total Intangível Líquido	4.535.848	(66.031)		4.469.817

Notas Explicativas

(b) Taxas de Amortização

	Taxa média anual %
Direito de uso de softwares	20
Licenças de concessão	5 a 20
Outros ativos	20

Os subsídios na venda de aparelhos e mini *modems* possuem um prazo de amortização de 12 meses.

Teste de impairment de ativos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia efetua pelo menos anualmente o teste de recuperabilidade dos ágios registrados com expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos foram efetuados com base no fluxo de caixa descontado que teve como parâmetro as premissas contidas no Plano Industrial da Companhia de 10 anos e utilizaram taxas de crescimento compatíveis com o mercado em que a Companhia opera e taxa de desconto de 10% a.a. Os resultados desses testes não indicaram nenhuma necessidade de provisão contábil.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Moeda nacional				
Fornecedores de materiais e serviços	1.893	1.296	2.168.973	2.673.885
Interconexão (a)			236.623	210.307
Roaming (b)			147	240
Co-billing (c)			60.261	91.870
	1.893	1.296	2.466.004	2.976.302
Moeda estrangeira				
Fornecedores de materiais e serviços			42.541	71.994
Roaming (b)			49.385	55.173
			91.926	127.167
Parcela Circulante	1.893	1.296	2.557.930	3.103.469

(a) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, onde as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
(b) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
(c) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

Notas Explicativas

19 Empréstimos e financiamentos

Descrição:	Moeda	Encargos	Vencimento	Garantias	Consolidado 06/2011	Consolidado 12/2010
BNDES	URTJLP	URTJLP+1,72% a 4,8% a.a.	Out/11 a Jul/18	Fiança da TIM Participações . e recebíveis da TIM Celular	1.716.765	1.787.897
BNDES	UMIPCA	UMIPCA+ 2,62% a.a.	Jul/17	Fiança da TIM Participações . e recebíveis da TIM Celular	178.657	163.339
BNDES (PSI)	R$	4,5% a.a.	Jul/18	Fiança da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular	70.087	70.098
BNB	R$	10% a.a.	Jun/12 a Jan/16	Fiança Bancária e Aval da TIM Participações	96.119	118.250
Santander (CCB)	R$	109,6% a 110% do CDI	Abr/11	-	205.546	204.957
Santander (Res. 2770)	R$	108,0% do CDI	Jun/11	-	150.000	165.901
Banco BNP Paribas	USD	Libor+ 2,53% a.a.	Dez/17	Aval da TIM Participações	230.551	244.891
Banco Europeu de Investimento (BEI)	USD	Libor+ 0,57% a 0,673% a.a.	Set/16 a Jun/17	Fiança Bancária e Aval da TIM Participações	452.050	479.337
Total:					3.099.775	3.234.670
Circulante					(669.630)	(957.549)
Não Circulante:					2.430.145	2.277.121

O empréstimo em moeda estrangeira contratado junto ao Banco BNP Paribas, com garantia do SACE possui cláusulas contratuais restritivas que prevêem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada TIM Celular vem atendendo a todos os índices financeiros requeridos.

Os financiamentos da TIM Celular junto ao BNDES, obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel, também possui cláusulas contratuais restritivas que prevêem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados semestralmente. A controlada vem atendendo os índices financeiros definidos.

As operações de Cédula de Crédito Bancário (CCB) com vencimento em Abril/11 e Contrato de Repasse de Recursos Captados em R$ no Exterior (Res. 2770) com vencimento em Junho/11, ambas com o Banco Santander Brasil S.A. foram renovadas ao custo de 108% do CDI, com prazo de 18 meses.

As controladas da Companhia contrataram operações de swap, com o objetivo de proteger-se dos riscos de desvalorização do real em relação a moedas estrangeiras e de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixados e TJLP.

Os empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2011 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Consolidado
2012	666.996
2013	389.388
2014	239.428
2015	239.428
2016 em diante	894.905
	2.430.145

Notas Explicativas

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros passivos não foram identificadas diferenças significativas entre os valores justos e os valores contábeis, principalmente em virtude destes instrumentos serem contratados substancialmente com bancos de fomento, tais como o BNDES. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES e outros bancos de fomento. Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos que incluem características próprias, em geral aplicando taxas que seriam aplicáveis a qualquer entidade, ajustadas apenas pelo risco específico de crédito das entidades e projetos envolvidos.

20 Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Encargos sociais	28	10	32.633	31.522
Salários e provisões a pagar			97.105	85.337
Retenções de empregados	26	92	4.958	8.433
	54	102	134.696	125.292

21 Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
ICMS			449.585	419.294
Impostos e Taxas ANATEL			173.044	128.870
ISS	20	14	52.542	46.539
Outros			6.384	7.392
	20	14	681.555	602.095
Parcela circulante	(20)	(14)	(556.025)	(544.375)
Parcela não circulante			125.530	57.720

22 Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Imposto de renda e contribuição social			279.319	289.659
PIS / COFINS			109.172	100.779
Outros	31	150	14.015	13.871
	31	150	402.506	404.309
Parcela circulante	(31)	(150)	(254.702)	(265.328)
Parcela não circulante			147.804	138.981

Notas Explicativas

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Em junho de 2011 a controlada optou pela inclusão de débitos não constituídos em auto de infração no REFIS que prevê a anistia de multa e juros na modalidade de pagamento parcelado de débitos administrados pela Receita Federal.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

a) O valor do principal (histórico) será pago em 180 meses. Quanto ao juros e multa serão pagos com prejuízo fiscal acumulado pela controlada, com o benefício da redução de 60% dos juros e 25% de multa.

b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Principal atualizado	Multa	Juros
IR e CSSL	27.637	16.966	31.931
PIS e COFINS	32.243	7.035	16.163
	59.880	24.001	48.094

Os débitos parcelados são compostos principalmente das seguintes ações judiciais:
- IR e CS: (i) falta de recolhimento do IR PJ sobre base estimativa mensal em relação ao exercício de 2002 no valor total de R$ 39.636; (ii) compensação de IR e CS com créditos não homologados de PIS e COFINS no valor total de R$ 36.898
- PIS e COFINS: compensação de PIS e COFINS de créditos não homologados de PIS e COFINS no valor total de R$ 55.441.

c) O ganho correspondente à redução das multas de mora e de ofício referente a Imposto de Renda e Contribuição Social anteriormente contabilizadas no passivo no valor de R$ 28.455, foi registrado nas rubricas de Despesas de IR e CS (R$ 6.224) e Despesas Financeiras (R$ 22.231).

~~d)~~ O valor de prejuízos fiscais utilizado para liquidação dos débitos, monta a R$ 45.671 em 30 de junho de 2011.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

Notas Explicativas

23 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Serviços a prestar pré-pagos			284.356	264.147
Grupamento de ações (*)	20.347	20.347	20.347	20.347
Subvenções Governamentais (nota 19)			21.799	22.772
Outras obrigações	8.219	8.211	24.438	16.984
	28.566	28.558	350.940	324.250
Parcela circulante	(1.719)	(1.711)	(217.599)	(181.268)
Parcela não circulante	26.847	26.847	133.341	142.982

(*) Em 30 de maio de 2007, a Assembléia Geral Extraordinária da Companhia aprovou o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia na proporção de 1.000 (mil) ações existentes para cada 1 (uma) ação da respectiva espécie. No período compreendido entre 01 de junho de 2007 a 02 de julho de 2007, os acionistas ajustaram suas posições acionárias em lotes de múltiplos de 1.000 (mil) ações, por espécie, mediante negociação privada, no mercado de balcão ou na Bolsa de Valores de São Paulo- BOVESPA, a seu livre e exclusivo critério.

(**) Em Agosto de 2010, houve a liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI) no montante de R$92.000. Esta operação enquadra-se no escopo do CPC 07 Subvenção e Assistência Governamentais. A subvenção concedida pelo BNDES ajustada a valor presente resultou em R$22.772 e está sendo diferida pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "Outras Receitas (despesas), líquidas" (nota 31).

24 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios, registrando provisões quando a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem prováveis chances de perdas.

A provisão para contingências constituída está composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	12/2010	06/2011	12/2010
Cível			53.911	40.531
Trabalhista	4.316	4.021	54.836	53.162
Tributário	494		114.564	145.099
Regulatória			9.323	10.265
	4.810	4.021	232.634	249.057

Notas Explicativas

As variações na provisão para contingências encontram-se resumidas a seguir:

	12/2010	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	06/2011
Cível	40.531	59.784	(49.342)	2.938	53.911
Trabalhista	53.162	488	(16)	1.202	54.836
Tributária	145.099	9.620	(23.331)	(16.824)*	114.564
Regulatória	10.265	(255)	(1.275)	588	9.323
	249.057	69.637	(73.964)	(12.096)	232.634

* A atualização monetária das contingências tributárias contempla a reversão da atualização monetária de R$ 22.231 de processos de IR e CS incluídos no REFIS em junho de 2011.

Contingências Cíveis

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das companhias. A administração analisa cada procedimento judicial ou administrativo com o intuito de fazer um julgamento a respeito de eventual contingência, classificando esse risco como provável, possível ou remoto. Essa avaliação sempre toma por base a opinião dos advogados contratados e responsáveis pela condução das causas. Referida avaliação está sujeita a revisões periódicas, podendo, portanto ser alterada no decorrer do andamento dos processos, à vista de fatos ou eventos supervenientes, tais como mudanças de orientação jurisprudencial.

Ações movidas por Consumidores

As Companhias controladas são partes em aproximadamente 66.238 ações (68.890 em 31 de dezembro de 2010), que se relacionam primordialmente a reclamações movidas por consumidores, na esfera judicial e administrativa e envolve tanto a TIM Celular quanto a INTELIG. Referidas ações tratam de matérias atinentes à relação entre as controladas e seus clientes, destacando-se, em relação à TIM Celular S/A, os procedimentos por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida. Quanto às matérias vinculadas às demandas da INTELIG, destacamos questionamentos de suposta fraude, cobrança indevida e negativação indevida.

Ações Coletivas

Há quatro principais ações coletivas que merecem destaque envolvendo as Companhias controladas cujo risco de perda é considerado como provável: (i) ação movida contra a TIM Celular, no estado da Bahia, visando à proibição da cobrança como longa distância das chamadas telefônicas originadas e recebidas entre as cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA em virtude da existência de "áreas fronteiriças"; e (ii) ação movida contra a TIM Celular no estado do Rio de Janeiro, que envolve impossibilidade de cobrança de multa de fidelização nos casos de roubo e furto de aparelho. ; (iii) ação proposta pelo Procon Municipal de Chapecó-SC em face da INTELIG, que questiona o descumprimento da Resolução 85 da ANATEL, art.61 (cobranças retroativas) e, (iv) ação proposta pelo Ministério Público de Uberlândia, questionando o descumprimento da Resolução 85 da Anatel, art.61(cobrança retroativa).

Considerando que estas ações envolvem obrigações de fazer ou não-fazer e, tendo em vista a impossibilidade de quantificar de forma acurada eventuais contingências no atual estágio processual das ações, a administração não constituiu provisão com relação aos processos acima descritos.

Notas Explicativas

Contingências Trabalhistas

São contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia e/ou de suas controladas por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Reclamações Trabalhistas

Do total de 7.467 reclamações trabalhistas em 30 de junho de 2011 (6.172 em 31 de dezembro de 2010), movidas contra a Companhia e suas controladas, 81% referem-se a demandas que envolvem prestadores de serviços, com grande concentração de processos em determinadas empresas, notadamente em São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba e Recife. Em decorrência da incorporação da HOLDCO pela TIM Participações, ocorrida em dezembro de 2009, existem 185 reclamações trabalhistas envolvendo TIM / Intelig e Grupo Docas.

Em relação às reclamações de terceiros, parte das demandas decorre de projetos específicos de revisão de contratos com prestadores de serviços, os quais levaram, no ano de 2006, à rescisão de vários deles, com o consequente encerramento de atividades destas empresas e desligamentos. Outra parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (call center) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados.

A avaliação de chances de êxito e do valor de contingência está sujeita a revisões periódicas, motivadas por decisões proferidas no curso dos processos, em virtude de alterações normativas, ou de modificações em Orientações Jurisprudenciais e Súmulas proferidas pelos tribunais superiores.

A adequação da provisão trabalhista se baseou, principalmente, na concentração de esforços com o objetivo de intensificar o processo de padronização relativo à classificação dos riscos das reclamações trabalhistas envolvendo a Companhia e suas controladas, tendo em vista o fato da gestão do contencioso trabalhista fazer uso de inúmeros métodos de análise processual e avaliação dos riscos existentes.

Contingências Tributárias

IR e CSSL

No ano de 2005, a TIM Celular recebeu autuações da Secretaria da Receita Federal de Minas Gerais no montante total de R$126.933, relacionadas à: (i) tributação de variações monetárias decorrentes de operações de swap e variações cambiais relativas a empréstimos não liquidados, (ii) cobrança de multa isolada, decorrente de falta de recolhimento da contribuição social sobre o lucro sobre base estimativa mensal, com relação ao exercício de 2002 e parte do exercício de 2001, (iii) suposta falta de recolhimento do imposto de renda de pessoa jurídica sobre base estimativa mensal, com relação ao exercício de 2002, e (iv) remessa de juros ao exterior (IRRF) – denúncia espontânea sem pagamento de encargos moratórios.

A controlada está atualmente discutindo com as autoridades fiscais essas autuações e com base na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a administração havia concluído que as prováveis perdas a serem incorridas com esses processos seriam de R$32.750, valor esse provisionado em 2005 na rubrica “Provisão para imposto de renda e contribuição social”.

Notas Explicativas

Em setembro de 2009, a TIM Celular aderiu ao REFIS que previa a anistia de multa e juros e possibilidade de parcelamento de débitos de tributos federais. A TIM Celular decidiu por aderir parcialmente ao REFIS em relação a essas autuações e foi efetuado o pagamento no valor de R$4.884 referente à parcela correspondente a exclusão da variação cambial do lucro líquido na base de cálculo da CSLL. O valor provisionado na rubrica "Provisão para imposto de renda e contribuição social" relativa a CSLL era de R$8.547, sendo que o valor de R$3.663, que corresponde à diferença entre o valor que havia sido provisionado e o valor efetivamente pago, foi revertido em favor da controlada.
Em junho de 2011 a controlada optou pela inclusão no REFIS que prevê a anistia de multa e juros na modalidade de pagamento parcelado de débitos administrados pela Receita Federal, o valor de R$24.203 referente a falta de recolhimento do imposto de renda de pessoa jurídica sobre base estimativa mensal, com relação ao exercício de 2002 que a administração considerava como perda provável.

Além disso, a empresa obteve êxito no valor de R$19.120 quanto ao auto de infração que se discutia a remessa de juros ao exterior (IRRF) – denúncia espontânea sem pagamento de encargos moratórios.

A controlada permanece discutindo com as autoridades fiscais essas autuações, que atualmente totalizam R$166.482 corrigidos, estando todo o valor remanescente classificado como perda possível para a controlada.

Contingências Regulatórias

Em decorrência do suposto descumprimento de alguns dispositivos do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e de metas de qualidade definidas no Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) para o SMP e para o STFC, foram instaurados pela ANATEL alguns Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações – PADO em face das companhias controladas.

As companhias controladas têm envidado todos os seus esforços e apresentado as argumentações necessárias para não serem sancionadas. Tais argumentos, que na maioria das vezes são técnicos e jurídicos, podem colaborar para uma redução significativa da multa inicialmente aplicada ou para o arquivamento definitivo do PADO sem aplicação de nenhuma sanção. A provisão reconhecida pela Companhia considera esta avaliação.

Contingências cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados pela administração e por seus consultores jurídicos como possíveis para as quais não há provisão para contingências constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

	Consolidado	
	06/2011	12/2010
Cível	387.967	364.550
Trabalhista	320.299	262.330
Tributária	4.401.777	2.397.408
Regulatória	112.243	79.803
	5.222.286	3.104.091

Notas Explicativas

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

Cíveis

Ações Coletivas

Há algumas ações coletivas envolvendo as Companhias controladas cujo risco de perda é considerado como possível e merecem ser destacadas. As referidas ações podem ser sumarizadas como segue: (i) ação movida contra a TIM Celular, no estado de Pernambuco, questionando a política de troca de aparelhos defeituosos adotada pela Companhia, sustentando que a Companhia estaria em desacordo com os termos da garantia fornecida pelo fabricante; (ii) ação movida contra a TIM Celular, no estado do Rio Grande do Norte (Natal), questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado; (iii) ação movida contra a TIM Celular, no Estado do Pará, questionando a qualidade da prestação do serviço de rede na localidade de São Felix do Xingu; (iv) ações movidas contra a TIM Celular, no estado do Maranhão, questionando a qualidade da prestação do serviço de rede nos seguintes Municípios: Balsas, Grajaú, Coelho Neto, Vitorino Freire e Lago da Pedra; (v) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Ceará, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede em Fortaleza, Iguatu, Monsenhor Tabosa, e Icó; (vi) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Piauí, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no referido Estado; (vii) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado de Rondônia, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no Município de Machadinho do Oeste e Vale do Anari; (viii); ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Amazonas, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede no Estado;

(ix) ações movidas contra a TIM Celular, no Estado do Mato Grosso, questionando qualidade na prestação dos serviços e da rede em Novo São Joaquim, Campinópolis e Nova Xavantina; (x) ação movida contra a TIM Celular que questiona a cobrança de chamada de longa distância nas ligações realizadas no município de Bertioga - SP e região e (xi) ação movida contra a TIM Celular no Estado do RJ questionando o envio de SMS sem o consentimento prévio do consumidor.

Outras Ações e Procedimentos

A TIM Celular é ré, junto com outras empresas de telecomunicações, na ação proposta pela GVT, perante a 4ª Vara Federal do Distrito Federal. A ação visa à declaração de nulidade de cláusula contratual que trata do valor do VU-M praticado pelas rés, a título de interconexão, entendendo a autora ser abusiva e ilegal, fato que segundo a mesma enseja a restituição dos valores supostamente cobrados excessivamente desde julho de 2004. O juiz concedeu a liminar determinando provisoriamente o pagamento do VU-M na base de R$ 0,2899 por minuto e determinou que a GVT depositasse judicialmente o montante referente à diferença entre este valor e o valor apontado pelas rés. A liminar foi confirmada no TRF da 1ª. Região. A TIM recorreu desta decisão, através de RESP e foi parcialmente provida, para obrigar a GVT a pagar para TIM o valor fixado pela ANATEL no processo arbitral em tramite na Agência, em que são partes GVT e VIVO. Além da ação judicial, a GVT promoveu também representação perante a Secretaria de Direito Econômico, que entendeu por bem instaurar Processo Administrativo contra a Companhia e outras operadoras de telefonia móvel por suposta infração à ordem econômica, que foi julgado em março de 2010.

A SDE opinou pela condenação por alegada prática do “Price Squeeze” e encaminhou o processo para o CADE para julgamento, opinando ainda pelo arquivamento da denúncia de conduta uniforme ("cartel"). Ainda não houve julgamento no CADE.

Notas Explicativas

A TIM Celular é ré na ação de indenização proposta pela empresa prestadora de serviços GLÓRIA SOUZA & CIA LTDA perante a 9ª Vara Cível do município de Belém, estado do Pará, onde pleiteia a quantia de R$6.119. A referida empresa prestava serviços de mão de obra terceirizada para a TIM, na região norte do país. Tendo em vista a decisão da TIM em promover a rescisão do contrato, aquela, inconformada, ingressou com a ação judicial para pleitear danos morais, alegando prejuízos e perdas em virtude de pagamentos de indenizações trabalhistas propostas por seus empregados. Foi apresentada a defesa da TIM e a réplica da Gloria Souza & Cia. Aguardando audiência de conciliação.

Há uma ação judicial de cobrança oriunda da TIM Celular proposta pelo Mattos & Calumby Lisboa Advogados Associados em tramitação na 29ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro. O Autor sustenta ser credor de valores oriundos da relação contratual celebrada com a TIM (Contrato de Prestação de Serviços Profissional Jurídico). Foi deferida prova perícia e ao final, o laudo foi homologado pelo juiz. A TIM ingressou com recurso contestando a decisão da perícia e o Tribunal, recentemente, determinou nova realização de perícia.

Há ainda uma ação proposta pela empresa (Distribuidor de recarga) INTEGRAÇÃO CONSULTORIA E SERVIÇOS TELEMÁTICOS LTDA. em face da TIM Celular, na 2ª Vara Cível da Comarca de Florianópolis-SC no valor de R$4.000 que visa à suspensão da exigibilidade de créditos já executados pela TIM, pleiteando em sua liminar que não sejam incluídos em cadastros restritivos, bem como indenizações oriundas da rescisão do contrato. Vale destacar que a TIM ingressou com ação de execução em face da referida empresa perante a 4ª Vara Cível de Florianópolis, no valor de R$3.957. Neste processo houve interposição de Embargos à execução, com pedido de efeito suspensivo, pela Integração Consultoria, tendo sido indeferido pelo juiz, motivando a interposição de recurso agravo de instrumento, tendo sido deferido o efeito suspensivo da execução. A TIM se manifestou afirmando que os bens indicados pelo executado são insuficientes para garantir a execução. Atualmente a execução da TIM está suspensa em razão da interposição de um Agravo de Instrumento, cujo efeito suspensivo foi concedido, estando pendente de julgamento no Tribunal.

A MCS era o maior parceiro comercial da TIM em São Paulo (aproximadamente 40 lojas). Este parceiro comercial estava em operação desde 2003 e o contrato terminou em janeiro de 2010. O contrato foi encerrado em razão da discordância entre as partes em relação à determinação dos valores de compensação, o funcionamento do sistema, a criação e determinação de metas entre outras questões. A MCS procurou atribuir a causa de sua inadimplência e perdas para a TIM. Considera que a sua saúde financeira tem sido prejudicada por mudanças nas políticas de remuneração da TIM. Antes mesmo do término do contrato, a MCS ingressou com uma demanda de resolução contratual e pleiteia também o pagamento de R$8.120. A TIM ingressou com uma Ação Inibitória, a fim de evitar que a MCS transferisse as lojas TIM para concorrente. Em março de 2010 a Ação Inibitória foi julgada procedente para determinar que a MCS se abstenha de transferir as lojas que antes eram da TIM pelo período de 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2010 (data do término do contrato). A ação de resolução contratual ainda está em curso.

A SECIT propôs uma ação de indenização em face da TIM sustentando que a TIM descumpriu o contrato celebrado. A referida empresa foi contratada pela TIM para realizar trabalhos de infraestrutura visando a instalação de ERBs na área 4 (Minas Gerais). A TIM apresentou defesa e o caso está na fase inicial, pendente de julgamento. O valor dado à causa foi de R$9.758.
A TIM Celular S/A propôs em dezembro de 2010, perante a 15ª. Vara da Justiça Federal do DF, uma ação de rito ordinário em face da ANATEL, com pedido de antecipação de tutela, com o objetivo de reconhecer e declarar a nulidade do PADO n.53500.025648/2005 e do Ato n.62.985/07. O referido Pado aplicado pela ANATEL impedia a participação da empresa na licitação da Banda "H". A tutela antecipada não foi concedida de plano pelo juiz que facultou que a TIM realizasse o depósito de R$3.595.061,85 em Juízo, para viabilizar a suspensão da dívida e a consequente participação da empresa no certame. O juiz deferiu a suspensão da cobrança até decisão.

Notas Explicativas

Trabalhistas

Reclamações Trabalhistas

Parcela significativa do contingenciamento existente diz respeito a processos de reestruturação organizacional, dos quais se destacam o encerramento das atividades dos Centros de Relacionamento com o Cliente (call center) das cidades de Fortaleza, Salvador e Belo Horizonte, que resultaram no desligamento de aproximadamente 800 colaboradores próprios e terceirizados.

Nos autos do processo 01102-2006-024-03-00-0, ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 3ª Região, em Minas Gerais, que tem como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos, houve sentença, publicada em 16.04.2008, na qual a Juíza substituta de primeiro grau julgou procedentes em parte os pedidos do Ministério Público, tendo reconhecido a terceirização irregular, o dano moral coletivo. Dessa decisão foi interposto recurso ordinário, o qual foi negado provimento em 13.07.2009. Anteriormente à interposição do referido recurso, a TIM Celular impetrou mandado de segurança com pedido de liminar para impedir o cumprimento imediato dos atos coativos impostos na mencionada sentença. Tendo em vista o recurso ordinário interposto, o mandado de segurança perdeu seu objeto.

Para obter efeito suspensivo ao apelo, a TIM Celular propôs medida cautelar inominada, a qual foi julgada extinta sem julgamento do mérito. Para reverter a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a TIM Celular propôs reclamação correcional perante o Tribunal Superior do Trabalho, tendo obtido decisão favorável aos seus interesses, revertendo-se a decisão do Tribunal de segunda instância. Foram opostos embargos de declaração, porém lhes foram negado provimento. Em 16.09.2009, foi interposto recurso de revista, que está pendente de julgamento pelo TST.

Em decorrência da Ação Civil Pública de Minas Gerais acima exposta, o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal ajuizou o processo 1218-2009-007-10-00-8 (Ação Civil Pública), que possui como objeto a alegação de terceirização irregular e requerimento de condenação em danos morais coletivos. A sentença foi julgada improcedente, dispondo que, em decorrência da Lei Geral de Telecomunicações, toda terceirização no setor de telecomunicações é lícita. O Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso Ordinário em Março/2010, sendo mantida a decisão de 1º grau que julgou improcedente a pretensão do Ministério Público do Trabalho. Insatisfeito com a decisão o Ministério Público do Trabalho interpôs Recurso de Revista, o qual encontra-se pendente de julgamento pelo TST.

Há um grupo de ações do Paraná que tem como um dos principais pedidos indenização por previsão contratual formalizada em "carimbos" nas carteiras de trabalho. Por meio de norma interna, a TELEPAR comprometeu-se a complementar a aposentadoria de seus empregados admitidos até 1982. Antes da privatização, a TELEPAR propôs a transação deste benefício através do pagamento de uma determinada quantia à vista. Alguns dos ex-empregados têm questionado essa transação e em alguns casos já obtiveram decisões iniciais favoráveis.

Cumpre ainda mencionar que existe um grupo de reclamações trabalhistas, em especial em São Paulo, de ex-empregados da Gazeta Mercantil requerendo em Juízo a inclusão no pólo passivo da Holdco ou TIM Participações, com posterior pagamento de condenação. Informamos que os reclamantes foram empregados da empresa Gazeta Mercantil, não tendo qualquer vínculo empregatício com a Holdco ou TIM Participações. Importante esclarecer que a Holdco, antes da incorporação pela TIM Participações, pertencia ao Grupo Econômico Docas, do qual a Gazeta Mercantil é parte.

Notas Explicativas

Previdenciária

A TIM Celular recebeu em São Paulo Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor de R$2.388. A controlada apresentou defesa administrativa, no entanto, em 16.09.2009 foi proferida decisão, a qual manteve a autuação em discussão. Em 05.10.2009 foi interposto recurso administrativo, o qual se encontra pendente de julgamento.

Em maio de 2006, a TIM Celular sofreu autuação fiscal na qual foi lavrado auto de infração n° 35611926-2 acerca de supostas contribuições previdenciárias incidentes sobre os seguintes títulos: (i) gratificação de contratação; (ii) gratificação não ajustada; (iii) contraprestação por atividades de autônomos e (iv) incentivos a vendas. Foi apresentada defesa administrativa, sendo o resultado negativo (decisão-notificação) à desconstituição do lançamento. Para reformar essa decisão, a TIM Celular interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, o qual se encontra pendente de julgamento.

A Intelig recebeu no Rio de Janeiro Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre os seguintes títulos: (i) participação nos lucros e resultados; (ii) retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; (iii) falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e (iv) falta de preenchimento adequado da GFIP. Foi apresentada defesa administrativa, sendo o resultado negativo (decisão-notificação) à desconstituição do lançamento. Para reformar essa decisão, a Intelig interpôs recurso ao Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, o qual se encontra pendente de julgamento.

Tributárias

IR e CSSL

Em 30 de outubro de 2006, a TIM Celular recebeu autos de infração que inicialmente compunham um valor total de R$331.171. Em março de 2007, a Delegacia da Receita Federal em Recife/PE intimou a controlada, apresentando um Relatório de Informação Fiscal, que informou à empresa a exclusão do auto de infração de parte dos valores, parte esta referente a exigências de IRPJ, CSLL e multa isolada, que totalizaram uma redução de R$73.027 (débito principal e multa isolada). Desta forma, o valor final autuado foi firmado em R$258.144.

Os autos de infração compõem o mesmo processo administrativo e foram lavrados com exigências de suposta falta de recolhimento de IRPJ, CSLL e multa isolada, por diferentes razões. A maior parte daqueles refere-se à amortização do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás e correspondentes deduções para fins tributários. O art. 7° da lei nº. 9.532/97 autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da controlada resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimento na outra, adquirido com fundamento na perspectiva de rentabilidade futura da investida. Ainda, trata-se de operação usual de mercado e que obedece às prescrições da Instrução CVM nº. 319/99.

O Relatório de Informação Fiscal mencionado, promoveu, de fato, um deslocamento de parte das infrações contidas no auto de infração que discutia a adequação temporal da dedutibilidade do ágio para 159 processos de compensações de tributos federais, específicos que totalizam o valor de R$85.771, estes decorrentes de compensações conectadas a tal reconhecimento. Em setembro de 2009 e abril de 2011, para alguns processos de compensação houve decisão parcialmente favorável à TIM Celular, reduzindo parte do crédito compensado pela controlada. Atualmente, a controlada continua defendendo o restante dos processos de compensação parte na esfera administrativa com o valor de total de R$68.050 e parte na esfera judicial no valor de R$ 9.193.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2010 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal de São Paulo, no valor de R$ 164.102 que trata da (i) suposta não adição na base de cálculo do IRPJ e da CSL do valor correspondente à amortização do ágio na aquisição das ações da Tele Nordeste Celular Participações; (ii) exclusão do ágio amortizado; e (iii) dedução de IRPJ a título de incentivo fiscal de redução do imposto e adicionais supostamente não restituíveis, em vista de suposta falta de formalização na Receita Federal de incentivo concedida pela Sudene. A referida autuação foi tempestivamente impugnada pela controlada e aguarda decisão na esfera administrativa.

Em março de 2011 a TIM Celular, como sucessora da TIM Nordeste (nova denominação da Maxitel após incorporação da TIM Nordeste Telecomunicações), recebeu auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal de Pernambuco, no valor de R$1.265.346 que trata de IRPJ e CSL relativo a: (i) dedução de despesas de amortização de ágio; (ii) exclusões da reversão do ágio da antiga BITEL; (iii) compensação indevida de prejuízos fiscais e bases negativas por desconsideração da incorporação da TIM Nordeste Telecomunicações pela Maxitel; (iv) uso indevido do benefício fiscal de redução do IR (Sudene) no ano de 2006, por suposta falta de formalização do benefício perante à Receita Federal; (v) deduções de IRRF cujo pagamento não foi comprovado; (vi) dedução de estimativas cujo pagamento não foi comprovado; (vii) multa isolada pelo recolhimento a menor de estimativas; (viii) multa regulamentar pela omissão de informações e falta de entrega de arquivos digitais e (ix) lançamento complementar ao Processo Administrativo mencionado no parágrafo acima. A referida autuação foi tempestivamente impugnada pela controlada e aguarda decisão na esfera administrativa.

IRRF

Em dezembro de 2006, a controlada Intelig recebeu autuação pela Secretaria da Receita Federal no montante de R$49.652, decorrente do suposto não recolhimento do IRF e CIDE sobre remessas efetuadas ao exterior a título de remuneração do tráfego saínte. A referida autuação foi defendida na esfera administrativa e encerrada com êxito, em vista da decisão final favorável do Mandado de Segurança que discutia a matéria.

Em maio de 2010, a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal em São Paulo, no montante de R$50.026 que tratam de: (i) falta de recolhimento de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior remetidos a título de *roaming* internacional e pagamento a beneficiários não identificados; (ii) falta de recolhimento de CIDE sobre pagamento de *royalties* em remessas para o exterior bem como sobre remessas relativas a roaming internacional; e (iii) redução de prejuízo fiscal (IRPJ/CSLL) referente a dedução de despesas não comprovadas a título de serviços técnicos. As referidas autuações foram tempestivamente impugnadas pela controlada e aguardam decisão na esfera administrativa.

ICMS

A TIM Celular recebeu autuações das autoridades fiscais do estado de Santa Catarina nos anos de 2003 e 2004, as quais se relacionam principalmente com disputas quanto à aplicabilidade da tributação do ICMS sobre serviços de telecomunicações prestados pela Controladora e supostamente não recolhidos, bem como comercialização de aparelhos celulares. O valor atualmente em discussão é de R$41.980, considerando diversos êxitos obtidos nos processos administrativos (valor inicialmente autuado era de R$95.449). A controlada mantém em discussão nas esferas administrativa e judicial tais autos de infração e, com base na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, a administração concluiu que os processos ainda em discussão foram avaliados com expectativa de perda possível para a controlada.

Notas Explicativas

A controlada TIM Celular recebeu nos últimos anos, autos de infração lavrados por autoridades fiscais de vários estados brasileiros relativos ao recolhimento de ICMS tendo como objeto aspectos operacionais de sua atividade de prestação de serviços de telecomunicações, bem como comercialização de mercadorias. Como exemplo, alguns fundamentos ou motivos de autuações por suposta ausência de recolhimento do imposto, de acordo com as alegações da fiscalização: (i) discussão acerca da exigibilidade do diferencial entre a alíquota interna e a interestadual do ICMS na aquisição de bens destinados ao ativo fixo, uso e consumo, bem como sobre a determinação da base de cálculo do referido imposto sobre operações de aquisição de mercadorias destinadas à comercialização; (ii) escrituração de serviços tributados (segundo o entendimento do fisco) como não tributados por parte da controlada no Livro de Registro de Saídas; (iii) suposto recolhimento a menor por utilização de alíquota errada e lançamento de serviços de telecomunicações como não tributados; (iv) suposta falta de recolhimento em razão de diferenças entre o valor efetivamente recolhido e o declarado; e (v) recolhimento do imposto fora do prazo estabelecido pela legislação estadual, dentre outros. Referidos autos de infração estão sendo defendidos tempestivamente na esfera administrativa e judicial. O montante total envolvido nos casos em discussão, com valor acima de R$14.000, é de R$250.481.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração de ICMS lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Rio de Janeiro por suposta ausência de recolhimento do imposto na prestação de serviços de roaming internacioal, e na Bahia pela falta de recolhimento do adicional referente ao Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais supostamente incidentes sobre a prestação de serviços na modalidade pré-paga. Referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa e judicial e totalizam o valor de R$62.501.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo nos respectivos valores de R$38.274, R$16.406 e R$ 46.923, referentes à falta de estorno proporcional dos créditos de ICMS relativos a saídas isentas e não tributadas. Referidas autuações estão sendo impugnadas pela controlada na esfera administrativa e totalizam o valor de R$72.199.

A controlada TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos estados de São Paulo e Minas Gerais nos valores de R$329.471 e R$24.771, respectivamente, tendo como objeto a suposta não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos condicionais oferecidos a clientes. A controlada pretende defender-se contra tal cobrança até instância superior do Poder Judiciário.

Nos anos de 2008, 2009 e 2010, a controlada TIM Celular recebeu autos de infração com o valor total de R$77.760 lavrados pelas autoridades fiscais dos estados do Ceará, , Pernambuco e Paraná, tendo como objeto débito decorrente de aproveitamento de crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica. Referidas autuações estão sendo defendidas pela controlada na esfera administrativa.

A TIM Celular recebeu autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de Paraná e Paraíba, nos valores respectivamente de R$24.047 e R$28.668 que tratam de suposta falta de recolhimento de ICMS incidentes sobre a prestação de serviço de telecomunicação (modelo pré-pago) - operações de saídas de cartões telefônicos. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Notas Explicativas

Em novembro de 2010 a TIM Celular recebeu 03 autos de infração lavrados pelas autoridades fiscais dos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul no montante total de R$ 67.958 que tratam de estorno de crédito de ICMS relativo a aquisições de ativo permanente supostamente sem comprovação da procedência de tais lançamentos do livro CIAP - Controle de Créditos de ICMS no Ativo Permanente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.
Em maio de 2011 a TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo Estado de São Paulo no valor de R$ 367.860 que trata de (i) multa por suposto descumprimento de obrigação acessória pela não apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA de 2007 e 2008; (ii) suposta falta de recolhimento de ICMS sobre descontos tidos pelo fisco como condicionais. A referida autuação está sendo impugnada pela controlada na esfera administrativa.

ISS

Em 20 de dezembro de 2007, a controlada TIM Celular recebeu auto de infração lavrado pelo município do Rio de Janeiro no valor total de R$94.359, que trata de suposto não recolhimento de ISS relativo aos seguintes serviços: programação técnica, serviço administrativo de cancelamento de plano, auxílio à lista telefônica, fornecimento de dados e informações e compartilhamento de infraestrutura de rede. A referida autuação está sendo impugnada pela controlada na esfera administrativa.

FUST - Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações

Foi emitida pela ANATEL em 15 de dezembro de 2005, a Súmula nº. 07, visando entre outros à cobrança da contribuição para o FUST sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações, a partir da vigência da Lei nº. 9.998. O entendimento da controlada continua sendo no sentido de que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUST, tendo em vista as disposições contidas na legislação pertinente (inclusive o disposto no parágrafo único do art. 6º da Lei nº. 9.998/00). A administração vem adotando as medidas cabíveis para resguardar os interesses da controlada. Neste sentido, foi impetrado Mandado de Segurança para resguardar os interesses da controlada sobre o não recolhimento de FUST sobre receitas de interconexão. A pretensão da ANATEL de cobrança de FUST sobre tais receitas encontra-se suspensa, em razão de sentença judicial favorável à controlada. O Mandado de Segurança está pendente de julgamento em segunda instância judicial.

Desde outubro de 2006, a ANATEL vem lavrando autos de infração contra a controlada TIM Celular, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas entre os anos de 2001 e 2005, bem como multa moratória em razão da Súmula nº. 07/05. Tais autos de infração desse período somam o valor de R$194.726.

A controlada Intelig recebeu diversos autos de infração lavrados pela ANATEL totalizando o montante de R$45.645, que se referem a valores de FUST sobre receitas de interconexão supostamente devidas nos períodos de janeiro a dezembro de 2001, 2002 e 2003, respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

FUNTTEL - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

O Ministério das Comunicações lavrou autos de infração contra a controlada TIM Celular no montante total de R$166.943, que se referem a valores de FUNTTEL sobre receitas de interconexão relativas aos anos de 2001 a 2005, bem como multa moratória. O entendimento da Companhia é no sentido de considerar que as receitas acima mencionadas não estão sujeitas à incidência do FUNTTEL. Foi impetrado Mandado de Segurança para resguardar os interesses da Companhia sobre o não recolhimento de FUNTTEL sobre receitas de interconexão com base nos mesmos argumentos defendidos na ação do FUST. A pretensão de cobrança de FUNTTEL sobre receitas de interconexão encontra-se suspensa em razão de sentença judicial obtida no Mandado de Segurança favorável à controlada.

Notas Explicativas

A controlada Intelig recebeu autos de infração lavrados pelo Ministério das Comunicações no montante de R$17.302, que se referem a valores de FUNTTEL sobre receitas de interconexão supostamente devidas para os períodos de janeiro a dezembro de 2002, março a dezembro de 2003, abril a dezembro de 2004 e janeiro a novembro de 2005 respectivamente. As referidas autuações estão sendo defendidas na esfera administrativa.

Regulatórias

A TIM Celular é detentora de autorizações para prestação, em todos os estados brasileiros, do SMP por prazo indeterminado e de correlatas autorizações de uso das radiofrequências ("RFs") associadas ao SMP, tendo obtido as prorrogações dessas autorizações de uso das radiofrequências por meio de Termos de Autorização pela ANATEL, pelo prazo de 15 (quinze) anos a contar do vencimento do primitivo prazo de vigência dessas autorizações.

A ANATEL por meio de Despachos emitidos em julho/10, oficializou o efeito suspensivo associado à cobrança de 2% da receita de interconexão relativo ao pagamento das renovações das RFs em função dos Recursos Administrativos impetrados pela TIM, a qual entende não existir a obrigação regulatória associada a este pagamento.

Em fevereiro de 2011, a ANATEL, por meio de Despachos, determinou a cobrança de 2% da receita de interconexão relativa ao pagamento das renovações das RFs, cujas decisões são objeto de Recursos Administrativo apresentados pela TIM. Uma vez que os referidos Recursos, em 30 de junho de 2011, ainda aguardam julgamento, persiste a possibilidade de que o débito seja exigível.
Em face dessas prorrogações de autorizações de uso das radiofrequências associadas à prestação do SMP, objeto dos referidos Termos de Autorização, expedidos em consequência dos respectivos atos, a Companhia recebeu da ANATEL exigências, indevidas no entender da Companhia, de recolhimento de nova Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI) com relação a todas as suas estações móveis em operação na área de prestação do serviço, embora tais estações já se encontrem licenciadas nos montantes conforme quadro abaixo:

Estado	Termo de autorização	Data de expiração	Ato	Montante
Paraná (exceto os municípios de Londrina e Tamarana)	002/2006/PVCP/SPV	03/09/2022	57.551 de 13/04/2006	R$80.066
Santa Catarina	074/2008/PVCP/SPV	30/09/2023	5.520 de 18/09/2008	R$54.026
Município e região de Pelotas no Rio Grande do Sul	001/2009/PVCP/SPV	14/04//2024	1.848 de 13/04/2009	R$333
Ceará	089/2008/PVCP/SPV	28/11/2023	7.385 de 27/11/2008	R$41.728
Alagoas	045/2008/PVCP/SPV	15/12/2023	7.383 de 27/11/2008	R$20.038
Rio Grande do Norte	050/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.390 de 27/11/2008	R$15.021
Paraíba	047/2008/PVCP/SPV	31/12/2023	7.386 de 27/11/2008	R$19.844
Piauí	049/2008/PVCP/SPV	27/03/2024	7.389 de 27/11/2008	R$13.497
Pernambuco	089/2008/PVCP/SPV	15/05/2024	7.388 de 27/11/2008	R$54.000

A exigência de novo recolhimento de TFI resulta do entendimento da ANATEL de que seria aplicável o disposto no art. 9°, inciso III, do Regulamento para Arrecadação de Receitas do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações FISTEL, aprovado pela Resolução nº. 255, que prevê a incidência de TFI sobre a estação na ocorrência da renovação da validade de licença que acarrete na expedição de nova licença. Contudo, esta não parece ser, no entendimento da Companhia, a correta aplicação das disposições da legislação à hipótese em questão, motivo pelo qual a referida cobrança foi objeto de tempestiva impugnação administrativa com a suspensão da exigibilidade da cobrança até o julgamento definitivo da impugnação pela ANATEL.

De acordo com os Termos de Autorização para exploração do Serviço Móvel Pessoal (SMP), as companhias controladas se comprometeram e cumpriram, em etapas, a implantação de cobertura do SMP com relação às suas respectivas regiões, no âmbito das áreas adjudicadas. Também conforme os referidos Termos de Autorização, as controladas estão obrigadas a operar dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL e aderente às obrigações previstas pela regulamentação.

Notas Explicativas

No caso de inadimplemento das obrigações previstas nos Termos de Autorização ou nos editais referentes ao leilão das freqüências de 3G, as controladas estão sujeitas à abertura de PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações) e eventuais sanções subsequentes.

A ANATEL instaurou processos administrativos contra as controladas pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização ou dos Editais das freqüências de 3G e; (iii) da regulamentação do SMP e do STFC.

As companhias controladas submeteram à ANATEL Defesas Administrativas, Recursos Administrativos e Pedidos de Reconsideração, esclarecendo que a não-conformidade se deu em virtude de diversos fatores, muitos deles alheios à vontade e não relacionados às ações e atividades desempenhadas pelas empresas. A provisão para contingências regulatórias reconhecida no balanço patrimonial retrata o valor das perdas esperadas, quais sejam aquelas classificadas como prováveis, conforme expectativa da administração.

25 Provisão para futura desmobilização de ativos

As movimentações nas obrigações decorrentes de futura desmobilização de ativos encontram-se resumidas a seguir:

	Consolidado	
	06/2011	12/2010
	(6 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	255.737	239.635
Adições ao longo do período, liquidas de baixas	(2.631)	17.159
Atualização monetária no período	(632)	(1.057)
Saldo final	252.474	255.737

A provisão é realizada com base nos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais.

O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	06/2011	12/2010
Quantidade de ações ordinárias	843.986.515	843.281.477
Quantidade de ações preferenciais	1.633.818.420	1.632.453.583
	2.477.804.935	2.475.735.060

Concluída a migração da Companhia para o segmento Novo Mercado (Vide Nota Explicativa 46 – Eventos Subsequentes), a Companhia estará autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 (quatro bilhões e quatrocentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias.

Sendo assim, o capital subscrito e integralizado estará representado por ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	06/2011	12/2010
Quantidade de ações ordinárias	2.217.374.279	843.281.477
Quantidade de ações preferenciais		1.632.453.583
	2.217.374.279	2.475.735.060

b. Reserva de capital

Reserva especial de ágio

Esta reserva foi originada do processo de reestruturação societária ocorrido em 2000. A parcela da reserva especial correspondente ao benefício fiscal auferido poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito do acionista controlador, com a emissão de novas ações. O respectivo aumento de capital ficará sujeito ao direito de preferência dos acionistas não controladores, na proporção de suas respectivas participações, por espécie e classe, à época da emissão, sendo que as importâncias pagas no exercício desse direito serão entregues diretamente ao acionista controlador, de acordo com o disposto na Instrução CVM nº. 319/99. Em maio de 2011 foi realizado aumento de capital mediante capitalização da parcela remanescente dessa reserva especial de ágio.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a Reserva Legal quando esta, somada às Reservas de Capital, exceder 30% do capital social. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

Reserva para expansão

A formação da Reserva para Expansão tem previsão no parágrafo 2º do Art. 46 do Estatuto Social e no Art. 194 da Lei nº. 6.404/76 e tem como finalidade a realização de projetos de investimentos e expansão da planta, sendo suportada por orçamento de capital.

d. Dividendos

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas asseguradas as seguintes preferências ou vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio e (ii) pagamento de dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações de emissão da Companhia.

Em atendimento à Lei nº. 10.303/01, o Estatuto Social da Companhia sofreu alterações, incluindo o parágrafo 1º do Art. 10, que assegura aos titulares de ações preferenciais, ano a ano, o direito de receber dividendo por ação correspondente a 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação, segundo o último balanço aprovado, sempre que o dividendo estabelecido segundo este critério for superior ao dividendo calculado segundo o critério descrito no parágrafo acima.
Em 2010 as ações preferenciais passaram a deter direito de voto pleno por não terem sido pagos os dividendos mínimos das ações preferenciais por três anos consecutivos, de acordo com o Art. 111, em seu parágrafo 1º, da Lei nº. 6.404/76.

Em 22 de junho de 2011, em Assembléia de Acionistas, foi aprovada a reforma integral do Estatuto da Companhia, a fim de adequá-lo ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&F BOVESPA.

Segundo seu atual Estatuto Social, permanece a premissa de que a Companhia deve distribuir como dividendo mínimo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Notas Explicativas

27 Receita operacional líquida

	Consolidado	
	06/2011	06/2010
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel		
Assinatura e utilização	4.845.231	4.182.261
Uso de rede	1.840.852	1.821.013
Longa distância	1.510.398	1.161.959
VAS – Serviços adicionais	1.374.771	1.034.381
Outros	104.395	131.764
	9.675.647	8.331.378
Receita de serviços de telecomunicações – Fixa	751.091	584.048
Receita de serviços de telecomunicações – Móvel e Fixa	10.426.738	8.915.426
Venda de mercadorias	1.164.434	665.727
Receita operacional bruta	11.591.172	9.581.153
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(2.574.998)	(2.137.938)
Descontos concedidos	(927.982)	(396.879)
Devoluções e outros	(84.170)	(191.316)
	(3.587.150)	(2.726.133)
Total da receita líquida	8.004.022	6.855.020

28 Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado	
	06/2011	06/2010
Pessoal	(20.483)	(33.635)
Serviços de terceiros	(173.881)	(174.836)
Interconexão / Interligação	(1.922.012)	(1.750.202)
Depreciação e amortização	(860.365)	(1.030.146)
Taxas ANATEL	(16.649)	(14.440)
Aluguéis e seguros	(136.477)	(119.518)
Outros	(7.533)	(8.200)
Custo dos serviços prestados	(3.137.400)	(3.130.977)
Custo das mercadorias vendidas	(920.171)	(367.512)
	(4.057.571)	(3.498.489)

Notas Explicativas

29 Despesas de comercialização

	Consolidado	
	06/2011	06/2010
Pessoal	(221.172)	(191.359)
Serviços de terceiros	(1.083.251)	(984.280)
Publicidade e propaganda	(256.361)	(255.046)
Perda e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(108.253)	(183.085)
Taxas ANATEL	(465.786)	(364.990)
Depreciação e amortização	(122.029)	(166.699)
Aluguéis e seguros	(17.507)	(18.692)
Outras	(20.197)	(21.643)
	(2.294.556)	(2.185.794)

30 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
Pessoal	(1.154)	(744)	(68.169)	(75.726)
Serviços de terceiros	(2.975)	(1.251)	(210.426)	(203.447)
Depreciação e amortização	-	-	(157.766)	(203.013)
Alugueis e seguros	(63)	(59)	(31.548)	(22.959)
Outras	(275)	(348)	(16.658)	(11.754)
	(4.467)	(2.402)	(484.567)	(516.899)

31 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
Receitas				
Receita de Subvenção Líquida	-	-	883	-
Multas sobre serviços de telecomunicações	-	-	16.549	14.688
Outras receitas operacionais	-	-	3.806	1.073
	-	-	21.238	15.761
Despesas				
FUST/FUNTTEL	-	-	(71.746)	(54.836)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	924	(4.788)
Provisão para contingências, líquida de reversão	(711)	15	(78.212)	(42.882)
Outras despesas operacionais	(315)	2	(8.915)	(9.790)
	(1.026)	17	(157.949)	(112.296)
Amortização de concessão	-	-	(151.492)	(151.258)
	(1.026)	17	(309.441)	(263.554)
Outras receitas (despesas), líquidas	(1.026)	17	(288.203)	(247.793)

Notas Explicativas

32 Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
Juros sobre aplicações financeiras	711	1.101	89.219	66.939
Juros de clientes	-	-	23.621	20.917
Atualização monetária	494	270	19.604	20.216
Variação cambial	-	3	137.467	342.547
Outras receitas	-	80	805	1.471
	1.205	1.454	270.716	452.090

33 Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	06/2011	06/2010	06/2011	06/2010
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(121.429)	(158.506)
Juros sobre fornecedores	-	(2)	(2.633)	(7.704)
Juros sobre impostos e taxas	(19)	-	(4.057)	(305)
Atualização monetária	(159)	-	(1.057)	(10.129)
Descontos concedidos	-	-	(16.530)	(9.793)
Variação cambial	-	(78)	(186.499)	(384.132)
Outras despesas	(12)	(59)	(15.101)	(11.348)
	(190)	(139)	(347.306)	(581.917)

34 Despesa com imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	06/2011	06/2010
Imposto corrente		
Imposto de renda do período	(156.174)	(49.077)
Contribuição social do período	(57.610)	(17.794)
Incentivo Fiscal - ADENE	33.472	9.347
	(180.312)	(57.524)
Imposto períodos anteriores		
Imposto de renda	(5.800)	-
Contribuição social	(2.065)	-
Incentivo Fiscal - ADENE	41.319	-
	33.454	-
Imposto de renda diferido		
Imposto de renda diferido	(84.228)	(28.051)
Contribuição social diferida	(18.385)	(10.098)
	(102.613)	(38.149)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	10.373	-
	(239.098)	(95.673)

Notas Explicativas

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	06/2011	**06/2010**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	802.535	276.218
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(272.862)	(93.914)
(Adições)/exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(13.781)	6.025
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias reconhecidas	-	(38.149)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	10.373	-
Efeito IR e CS diferido s/ REFIS	(33.411)	-
Adições permanentes	(3.430)	(2.887)
Incentivo Fiscal – ADENE	74.791	9.347
Diferença no cálculo de prejuízo fiscal de anos anteriores	(1.658)	25.475
Outros valores	879	(1.570)
	33.764	(1.759)
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período	(239.098)	(95.673)

35 Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	06/2011	**06/2010**
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	563.437	180.545
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	2.477.804	2.475.735
Lucro básico por ação	0,2274	0,0729

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias.

Notas Explicativas

36 Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos consolidados das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	06/2011	12/2010
Telecom Personel Argentina (1)	9.483	1.043
Telecom Italia Sparkle (1)	2.773	12.578
Telecom Italia S.p.A. (2)	2.615	3.251
Outros	1.151	1.102
Total	16.022	17.974

	Passivo	
	06/2011	12/2010
Telecom Italia S.p.A. (2)	11.167	21.643
Telecom Personel Argentina (1)	1.702	1.849
Telecom Italia Sparkle (1)	6.978	4.225
Italtel (3)	36.607	15.361
Outros	3.409	1.470
Total	59.863	44.548

	Receita	
	06/2011	06/2010
Telecom Italia S.p.A. (2)	7.911	8.986
Telecom Personel Argentina (1)	2.025	4.001
Telecom Italia Sparkle (1)	11.454	14.550
Outras	751	594
Total	22.141	28.131

	Custo/Despesa	
	06/2011	06/2010
Telecom Italia S.p.A. (2)	6.331	4.951
Telecom Italia Sparkle (1)	9.895	10.135
Telecom Personel Argentina (1)	3.429	4.412
Lan Group (4)	6.974	-
Outros	1.120	3.241
Total	27.749	22.739

(1) Os valores referem-se a roaming, serviços de valor adicionado – VAS e cessão de meios.
(2) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado – VAS.
(3) Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.
(4) Os valores referem-se a aluguel de links, aluguel de EILD e serviço de sinalização.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições normais de mercado.

Notas Explicativas

37 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia, através de suas controladas, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados às taxas de câmbio e juros e variações cambiais, representados em sua totalidade por contratos de swap, não possuindo, portanto, derivativos exóticos ou outras modalidades de derivativos.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados, por meio de suas controladas, em atendimento ao IAS 32/CPC 39.

Desta forma, os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade das controladas computarem prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de dívida com financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes. Para que esses tipos de riscos sejam extintos, as controladas estabelecem contratos de swap com instituições financeiras. Em 30 de junho de 2011, os financiamentos das controladas indexados à variação de moedas estrangeiras se encontram integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado de suas controladas.

Além dos financiamentos obtidos pelas controladas, objeto dos contratos de swap, não existem outros ativos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela TIM Celular à taxas de juros pré-fixadas, quando tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Para que esse tipo de risco seja reduzido, a TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI as taxas de juros pré-fixadas incidentes em parte dos financiamentos contraídos. Os ganhos ou perdas auferidos por esses contratos de swap são registrados no resultado da sua controlada TIM Celular.

A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela controlada TIM Celular indexados a TJLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Para que esse tipo de risco seja reduzido, a controlada TIM Celular realiza contratos de swap com instituições financeiras, transformando para um percentual do CDI a TJLP incidente em parte dos financiamentos contraídos. Os ganhos ou perdas auferidos com esses contratos de swap são registrados no resultado da sua controlada TIM Celular.

A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, o que causaria um aumento nas despesas financeiras das controladas, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas em que as controladas se encontram nos contratos de swap atreladas a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia em 30 de junho de 2011, as controladas mantêm seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

Notas Explicativas

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem prejuízos derivados de dificuldades em cobrar os valores faturados aos assinantes. Para que esse tipo de risco seja reduzido, as controladas realizam análises de crédito auxiliando a gerência de risco quanto a problemas de cobrança e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de serviços prestados em 30 de junho de 2011 e 2010 ou das receitas de serviços prestados durante os períodos findos naquelas datas.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política das controladas para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pelas controladas para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 30 de junho de 2011 e 2010 ou das receitas de venda de mercadorias durante os períodos findos naquelas datas.

(v) Risco de crédito financeiro

O risco está relacionado à possibilidade das controladas computarem perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. As controladas minimizam o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	06/2011			12/2010		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Operações com derivativos	13.333	(211.213)	(197.880)	22.868	(166.553)	(143.685)
Parcela circulante	5.581	(1.652)	3.929	6.122	(2.071)	4.051
Parcela não circulante	7.752	(209.561)	(201.809)	16.746	(164.482)	(147.736)

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 30 de junho de 2011 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo	Passivo
2012	974	(30)
2013	980	-
2014	-	-
2015	-	-
2016 em diante	5.798	(209.531)
	7.752	(209.561)

Notas Explicativas

Ativos e passivos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

30 de junho de 2011			
	Nível 1	**Nível 2**	**Saldo total**
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	1.204.056		1.204.056
Derivativos usados para *hedge*		13.332	13.332
Total do ativo	**1.204.056**	**13.332**	**1.217.388**
Passivos			
Derivativos usados para *hedge*		211.213	211.213
Total do passivo		**211.213**	**211.213**

31 de dezembro de 2010			
	Nível 1	**Nível 2**	**Saldo total**
Ativos			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Títulos para negociação	2.304.077		2.304.077
Derivativos usados para *hedge*		22.868	22.868
Total do ativo	**2.304.077**	**22.868**	**2.356.945**
Passivos			
Derivativos usados para *hedge*		166.553	166.553
Total do passivo		**166.553**	**166.553**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Notas Explicativas

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos das controladas foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgadas por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia – Síntese

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais e na taxa de juros.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

Na exposição a fatores de risco em moeda nacional, contraídos por meio de financiamentos atrelados a taxas de juros pré-fixadas ou TJLP, pelo fato das disponibilidades de suas controladas serem remuneradas pelo CDI, as controladas têm como estratégia transformar parte destes riscos em exposição ao CDI.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia e de suas controladas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

Notas Explicativas

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pelas controladas e vigentes em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estão demonstradas no quadro a seguir:

	Objeto	Moeda	Valor de Referência (Nocional) 06/2011	Valor de Referência (Nocional) 12/2010	Valor Justo 06/2011	Valor Justo 12/2010
Risco dos juros pré-fixados contra CDI	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNB	BRL	23.977	34.501		
Posição ativa					45.596	62.700
Posição passiva					(40.093)	(55.415)
Saldo líquido					5.503	7.285
Risco da TJLP contra CDI	Parte dos financiamentos obtidos junto ao BNDES	BRL	183.102	230.665		
Posição ativa					182.373	228.578
Posição passiva					(182.023)	(228.990)
Saldo líquido					350	(412)
Risco cambial USD contra CDI	Proteção integral do risco de variação cambial das Linhas Res. 2770, obtidas junto aos Bancos Santander, Bancos BNP Paribas e BEI	USD	840.940	840.940		
Posição ativa					645.937	673.770
Posição passiva					(849.670)	(824.328)
Saldo líquido			23.977	34.501	(203.734)	(150.558)
TOTAL			**1.048.019**	**1.106.106**	**(197.881)**	**(143.685)**

Swap de juros pré-fixados vs. CDI

A controlada TIM Celular possui dívidas contratadas em taxas fixas com o Banco do Nordeste Brasil (BNB) e BNDES. Visando proteger-se contra uma possível perda patrimonial no caso de uma queda na taxa de juros, parte das operações de financiamento contratadas em 2004 e 2005 junto ao BNB foram objeto de hedge. Os referidos instrumentos financeiros de derivativos possuem vencimentos mensais até abril de 2013 e protegem aproximadamente 47,44% da totalidade dos financiamentos obtidos junto ao BNB pela TIM Celular.

Tomando por base a atual taxa de referência do BNB fixada em 10% a.a. nos financiamentos contraídos pela controlada TIM Celular e os respectivos instrumentos financeiros derivativos contratados para parte desses financiamentos, na média, na sua ponta ativa a 11,07 % a.a. e na ponta passiva a 72,62% do CDI. Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander e Itaú BBA S.A.

Swap de TJLP vs. CDI

Estas operações com instrumentos financeiros derivativos visam proteger a controlada TIM Celular contra uma possível perda patrimonial em virtude de aumento por parte do BNDES em sua taxa de referência (TJLP), nos financiamentos contratados junto àquela Instituição em 2005, e apresentam sua ponta passiva contratada a um custo médio equivalente a 95,12% do CDI. Essas operações atualmente protegem 10,67% do total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES. Em 30 de junho de 2011, a sua controlada TIM Celular apresenta um resultado contábil positivo nesta operação, tendo como contraparte os seguintes bancos: Santander e Itaú BBA S.A.

Swap cambial vs. CDI

Os instrumentos financeiros de derivativos dessa modalidade visam proteger a controlada TIM Celular contra o risco cambial, oriundo dos contratos de empréstimo em moeda estrangeira, contraído junto ao BNP Paribas com garantida da SACE e ao BEI.

Notas Explicativas

O empréstimo com BNP Paribas se encontra protegido a um custo médio de 95,01% do CDI e o empréstimo com o BEI está protegido a um custo de 95,42% do CDI.

A ponta ativa dos contratos de swap é contratada com o mesmo cupon da linha sacada. Neste caso, a variação cambial no financiamento é totalmente contraposta pela variação nos swaps contratados. Além disso, esses swaps vencem na mesma data de liquidação da dívida, o qual ocorrerá até o final do ano de 2017.

Esses instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto ao Santander, Citibank, Morgan Stanley e BES.

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando três cenários distintos (provável, possível e remoto) e seus respectivos impactos nos resultados obtidos, quais sejam:

Descrição	06/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívida pré-fixada (valor parcial)	45.596	45.596	44.687	43.827
Valor justo da ponta ativa do swap	45.596	45.596	44.687	43.827
Valor justo da ponta passiva do swap	(40.093)	(40.093)	(39.867)	(39.649)
Exposição líquida no swap	**5.503**	**5.503**	**4.820**	**4.178**
Dívida em TJLP (valor parcial)	182.373	182.373	177.510	172.936
Valor justo da ponta ativa do swap	182.373	182.373	177.510	172.936
Valor justo da ponta passiva do swap	(182.023)	(182.023)	(181.813)	(181.623)
Exposição líquida no swap	**350**	**350**	**(4.303)**	**(8.687)**
Dívida em USD (BNP Paribas e BEI)	645.936	645.936	825.875	1.013.195
Valor justo da ponta ativa do swap	645.936	645.936	825.875	1.013.195
Valor justo da ponta passiva do swap	(849.670)	(849.670)	(846.901)	(844.514)
Exposição líquida no swap	**(203.734)**	**(203.734)**	**(21.026)**	**168.681**

Como as controladas apenas possuem instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção de suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps não são significativos. Para estas operações, as suas controladas divulgaram o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida de suas controladas em cada um dos três cenários mencionados.
Salientamos o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas têm como único objetivo o de proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos das controladas.

Nossas análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 30 de junho de 2011 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e na TJLP e às variações nas moedas estrangeiras utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas em nossas análises se deve exclusivamente às características de nossos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Notas Explicativas

Tendo em vista as características dos instrumentos financeiros derivativos das controladas, nossas premissas levaram em consideração, basicamente, o efeito da redução dos principais índices atrelados às operações de swap (CDI e TJLP) e variações nas moedas estrangeiras utilizadas nas operações (USD), atingindo, respectivamente, os percentuais e cotações indicados abaixo:

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	12,15%	15,19%	18,23%
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
USD	1,5833	1,9791	2,3750

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	06/2011
Risco dos juros pré-fixados contra CDI	343
Risco dos TJLP contra CDI	1.130
Risco cambial USD contra CDI	(89.164)
Ganhos (Perdas) líquidos	(87.691)

38 Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

	Controladora	
	06/2011	12/2010
Termo de relação contratual atípico (“TRCA”)	4.299	4.362
PAMA	831	894
	5.130	5.256

	Consolidado	
	06/2011	12/2010
Termo de relação contratual atípico (“TRCA”)	4.299	4.362
PAMA	4.423	4.486
PAMEC/apólice de ativos	318	318
	9.040	9.166

Plano de Previdência Complementar

Em 07 de agosto de 2006, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a implantação de Plano de Previdência Complementar nas modalidades PGBL e VGBL da Companhia e da TIM Celular e TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular junto ao Itaú Vida e Previdência S.A. Foram elegíveis ao Plano de Previdência Complementar todos os funcionários que ainda não possuíam benefício previdenciário patrocinado pela Companhia e suas controladas.

Termo de Relação Contratual Atípico

A Companhia é patrocinadora, por sucessão do processo de cisão parcial da Telecomunicações do Paraná S.A - TELEPAR, de planos de complementação de aposentadoria instituídos em 1970 por Termo de Acordo Coletivo e ratificados pelo Termo de Relação Contratual Atípico, firmado entre a Companhia e os sindicatos representantes das categorias profissionais então existentes.

Notas Explicativas

O acordo cobre 86 empregados contratados antes de 31 de dezembro de 1982, concedendo uma pensão complementar. Esse direito é concedido somente se os referidos empregados se aposentarem após terem cumprido o tempo mínimo para aposentadoria (30 anos para os homens e 25 anos para as mulheres).

Em função da cisão da Telebrás em junho de 1998, a Companhia optou pela extinção desse plano de complementação de aposentadoria. Como resultado do término deste plano, a Companhia permitiu que os participantes do plano recebessem um pagamento em dinheiro dos benefícios acumulados ou transferissem suas obrigações de benefícios acumuladas para o plano PBT-SISTEL. A maioria dos empregados participantes do plano optou pelo pagamento em dinheiro ou pelo ingresso no plano PBT-SISTEL. O restante provisionado será utilizado para cobrir os benefícios daqueles empregados que ainda não fizeram sua opção (4 empregados em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010).

SISTEL e TIMPREV

A Companhia, a TIM Nordeste incorporada pela TIM Celular e a TIM Celular vêm patrocinando plano de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL, como conseqüência dos dispositivos legais relacionados ao processo de privatização destas empresas em julho de 1998.

Considerando que em 1999 e em 2000 as patrocinadoras dos planos administrados pela SISTEL já haviam negociado condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora e manutenção da solidariedade apenas para os participantes já assistidos na data de 31 de janeiro de 2000, a Companhia e suas controladas, ao longo de 2002 e a exemplo de outras empresas oriundas do antigo Sistema TELEBRÁS, iniciaram gestões para a formatação de um Plano de Contribuição Definida que atendesse aos mais modernos padrões de seguridade social praticados na iniciativa privada e que permitisse ao grupo de empregados vinculados ao SISTEL a possibilidade de migração.

Em 13 de novembro de 2002 a Secretaria de Previdência Complementar, através do Ofício 1917 CGAJ/SPC aprovou o regulamento do novo plano previdenciário, doravante denominado Regulamento do Plano de Benefícios TIMPREV, na modalidade contribuição definida, dispondo novas condições de concessão e de manutenção de benefícios, bem como os direitos e obrigações da Entidade Administradora do Plano, das Patrocinadoras, dos Participantes e de seus respectivos beneficiários.

Na nova modalidade, a contribuição normal da patrocinadora corresponderá a 100% do valor da contribuição básica do participante, enquanto que a entidade administradora do TIMPREV assegurará, nos termos e condições do regulamento aprovado, os benefícios abaixo elencados, não se obrigando a conceder qualquer outro, mesmo que a Previdência Social os conceda aos seus beneficiários:

- Aposentadoria Normal
- Aposentadoria Antecipada
- Aposentadoria por Invalidez
- Benefício Proporcional Diferido
- Pensão por Morte

Notas Explicativas

Como não houve uma migração integral dos funcionários da Companhia e suas controladas para o plano TIMPREV, os planos de pensão e os planos médicos oriundos do sistema TELEBRÁS continuam existindo e estão resumidamente explicados abaixo:

PBS: plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados ativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS Assistidos: plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado;

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras das companhias controladas;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras das companhias controladas;

PAMA: plano de assistência médica para os empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado.

De acordo com as regras estabelecidas pela NPC-26 do IBRACON, aprovada pela Deliberação CVM nº 371, os planos que apresentam um superávit não são registrados pela Companhia, em virtude da impossibilidade de reembolso do mesmo, além de que as contribuições não serão reduzidas para o patrocinador no futuro.

Em 29 de janeiro de 2007 e 09 de abril de 2007 o Ministério da Previdência Social, através da SPC - Secretaria da Previdência Complementar, aprovou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios PBS–Tele Celular Sul, TIM Prev Sul, PBT–TIM, Convênio de Administração, PBS–Telenordeste Celular e TIM Prev Nordeste, conforme Ofícios SPC/DETEC/CGAT, respectivamente números, 169, 167, 168, 912, 171 e 170, da SISTEL, para o HSBC – Fundo de Pensão.

No que tange aos demais planos PAMA e PBS – Assistidos, os mesmos continuam sendo gerenciados pela SISTEL, exceto o Plano PAMEC que foi extinto, permanecendo a empresa como responsável pela cobertura do referido benefício, que passa a ser denominado PAMEC/Apólice de Ativos.

Considerando a aprovação da proposta de migração pelo Conselho de Administração em janeiro de 2006, e as aprovações do Ministério da Previdência Social, a transferência dos Fundos mencionados da SISTEL, para o HSBC – Fundo de Pensão foram efetivados em abril de 2007.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, as contribuições para os planos de pensão e outros benefícios pós-emprego totalizaram R$157 (R$73 no mesmo período de 2010).

39 Honorários da Administração

Os salários e benefícios de curto prazo pagos aos administradores da Companhia e suas controladas no período findo em 30 de junho de 2011 foram de R$3.651 (R$2.539 no mesmo período de 2010).

Notas Explicativas

40 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 30 de junho de 2010, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A administração da Companhia e de suas controladas entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R$ 20.164.933
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R$53.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	100% Tabela Fipe. R$1.000 para Responsabilidade Civil (Danos Materiais e Danos Corporais) e R$100 para Danos Morais.

41 Compromissos

Aluguéis

A Companhia e suas controladas alugam equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Segue abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

2012	357.174
2013	373.247
2014	390.043
2015	407.595
2016	425.936
	1.953.995

42 Transações com Grupo Telefônica

Em 28 de abril de 2007, Assicurazioni Generali SpA, Intesa San Paolo S.p.A, Mediobanca S.p.A, Sintonia S.p.A e a Telefónica S.A. assinaram um acordo para adquirir o capital total da Olímpia S.p.A., empresa que, por sua vez, detinha à época aproximadamente 18% do capital votante da Telecom Italia S.p.A., controladora indireta da Companhia. Tal aquisição se deu através de uma companhia chamada Telco S.p.A ("Telco"). Com a implementação da operação em outubro de 2007, a Telco passou a deter 23,6% do capital votante da Telecom Itália S.p.A., controladora indireta da TIM Participações.

A ANATEL, por meio do Ato nº. 68.276/2007, publicado no Diário Oficial da União em 05 de novembro de 2007, aprovou a operação impondo determinadas restrições para garantir a segregação dos negócios e operações de ambos os grupos, Telefónica e TIM no Brasil. Para fins de implementação das determinações da ANATEL, a TIM Brasil e a TIM Celular apresentaram à ANATEL as medidas necessárias para assegurar tal segregação, de fato e de direito, no Brasil, de modo que a participação detida pela Telefónica na Telco S.p.A. não possa gerar ou ser considerada como influência sobre as decisões financeiras, operacionais e estratégicas das operadoras brasileiras do grupo TIM. A TIM, portanto, continua atuando no mercado brasileiro com a mesma independência e autonomia de antes da operação.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011 entre as operadoras do grupo TIM, controladas pela TIM Participações, e as operadoras do grupo Telefónica no Brasil, estavam em vigor, exclusivamente, contratos relacionados à prestação de serviços de telecomunicações, abrangendo interconexão, roaming, compartilhamento de sites e acordos de cofaturamento, assim como contratos relacionados ao uso de CSP (código de seleção de prestadora), realizados a preços e condições normais, na forma da legislação em vigor. Os valores a receber e a pagar, decorrentes destes contratos, em 30 de junho de 2011, são de R$128.775 e R$103.213 (R$129.249 e R$92.649 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente. Os valores registrados no resultado da Companhia após a aprovação da transação estão representados por receitas e despesas operacionais de R$660.444 e R$471.277 (R$636.297 e R$425.587 em 30 de junho de 2010), respectivamente.

43 Despesas por natureza

	06/2011	06/2010
Despesas por natureza		
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(4.057.571)	(3.498.489)
Comercialização	(2.294.556)	(2.185.794)
Gerais e administrativas	(484.567)	(516.899)
Outras receitas/despesas operacionais	(288.203)	(247.793)
	(7.124.897)	(6.448.975)
Classificados como:		
Pessoal	(309.824)	(300.720)
Publicidade e propaganda	(256.361)	(255.046)
Serviços de terceiros	(1.467.558)	(1.362.563)
Interconexão	(1.922.012)	(1.750.202)
Custo das mercadorias vendidas	(920.171)	(367.512)
Depreciação e amortização	(1.291.652)	(1.551.116)
Provisão para devedores duvidosos	(108.253)	(183.085)
Impostos, taxas e contribuições	(553.257)	(439.054)
Outros	(295.809)	(239.677)
	(7.124.897)	(6.448.975)

44 Demonstração consolidada do resultado abrangente

	06/2011	06/2010
Lucro líquido do período	563.437	180.545
Outros componentes do resultado abrangente do período	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	563.437	180.545
Atribuível:		
- Acionistas da Companhia	563.437	180.545

45 Divulgações suplementares sobre informações do fluxo de caixa consolidado

	30/06/2011	30/06/2010
Juros pagos	127.665	119.063
Imposto de renda e contribuição social pagos	139.465	31.539

Notas Explicativas

46 Eventos subsequentes

Listagem no Novo Mercado da Bovespa

Em 22 de junho de 2011, em Assembléia Geral de Acionistas, foi aprovada a reforma integral do Estatuto Social da Companhia, a fim de adequá-lo às exigências do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&F BOVESPA, visando sua migração para este segmento de governança corporativa. O atual Estatuto, dentre outras alterações, contempla o novo limite estabelecido para aumento de Capital Social, mediante Deliberação do Conselho de Administração, bem como a conversão da totalidade das ações preferenciais existentes naquela data em ações ordinárias de emissão da Companhia.

Após o encerramento do prazo do direito de recesso aos acionistas detentores de ações preferenciais que tenham discordado da decisão, que ocorreu no dia 26 de julho de 2011, a Companhia irá celebrar com a BM&F BOVESPA o Contrato de Participação no Novo Mercado, de forma a consolidar a sua migração definitiva ao referido segmento de listagem.

Concluída a migração, a TIM Brasil, que atualmente detém 66,28% do Capital Social da Companhia, passará a deter a participação de 66,94% na TIM Participações.

Aquisição de novos investimentos

Ainda, em 8 de Julho de 2011, a subsidiária integral TIM Celular firmou com a Companhia Brasiliana de Energia (“Brasiliana”) e com a AES Elpa S.A. (“AES Elpa”), um contrato tendo por objeto a compra da totalidade das quotas da Eletropaulo Telecomunicações LTDA. (“AES EP Telecom”) e das ações de emissão da AES Communications Rio de Janeiro S.A. (“AES Com Rio”), anteriormente controladas pela Brasiliana e pela AES Elpa, respectivamente.

Após a aquisição, a TIM celular passa a ser detentora de 98,3% do capital da AES Atimus RJ (AES Com Rio) e 100% do capital da AES Atimus SP (AES EP Telecom).

Esta aquisição ocorreu em decorrência da estratégia comercial de expansão das atividades e fortalecimento da infraestrutura da Companhia, em busca de melhorias a fim de atingir grandes mercados potenciais.

Plano de incentivo de Longo Prazo

Em 20 de julho de 2011, em reunião de Conselho de Administração foi aprovado o encaminhamento do Plano de Incentivo de Longo Prazo (“*Long Term Incentive”*) da Companhia para aprovação em Assembléia Geral de acionistas. O Plano consiste na concessão de Stock Options sujeitas a condições de performance como forma de alinhar a remuneração global do *Top Management* da Empresa às práticas do mercado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores
independentes

Aos Administradores e Acionistas
TIM Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM Participações S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações
intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações
intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias
do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e conserada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações

contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL (“CF”)
EM 01 DE AGOSTO DE 2011

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 01 de agosto de 2011, às 09h30m, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Os membros do Conselho Fiscal da TIM Participações S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam a revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativos ao período findo em 30 de junho de 2011 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para a aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 01 de agosto de 2011.

ALBERTO EMMANUEL WHITAKER
Presidente do Conselho Fiscal

OSWALDO ORSOLIN
Membro do Conselho Fiscal

CARLOS ALBERTO CASER
Membro do Conselho Fiscal

SAMUEL DE PAULA MATOS
Membro do Conselho Fiscal